



Mais próximo, mais digital e mais rentável

BMGB B3 LISTED NI | www.bancobmg.com.br/ri

CNPJ: 61.186.680/0001-74

Demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício financeiro em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Banco Central do Brasil, apresenta as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg
Ao longo de quase um século de atuação, o Banco Bmg mantém como diretriz central a proximidade com seus clientes, oferecendo soluções financeiras adequadas às suas necessidades, combinando tecnologia, eficiência operacional e atendimento humanizado. Essa abordagem sustentou a construção de relações de confiança e fortaleceu nossa presença no mercado de crédito e serviços financeiros.

Atendemos milhões de clientes em todo o território nacional com portfólio diversificado composto por crédito consignado — com foco em clientes acima de 50 anos das classes C e D —, crédito pessoal, seguros, assistências e soluções para investidores. Atuamos de forma complementar por meio de canais físicos e digitais, integrando tecnologia, conveniência e empatia no relacionamento.

Nossas principais verticais são Varejo, Atacado e Seguros, com estratégia sustentada na ampliação de rentabilidade, digitalização dos processos e fortalecimento da relação com clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.

Desempenho Financeiro
Desde o primeiro trimestre de 2025 os resultados do Banco estão sendo apresentados dentro de novos padrões normativos, principalmente em relação a Resolução CMN nº 4.966/21, que alteram a base de capital, Basileia, os conceitos das provisões para perdas de crédito, critérios de custos de originação e contabilização entre linhas do resultado com efeitos na comparabilidade dos períodos anteriores.

A margem financeira totalizou R\$ 5.607 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 2,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T25, a margem foi de R\$ 1.370 milhões, aumento de 1,9% em relação ao 3T25. Já a margem financeira após o custo do crédito (líquida de despesas de provisão líquida e de comissão) totalizou R\$ 3.361 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 8,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No 4T25, a margem após o custo foi de R\$ 815 milhões, redução de 7,5% em relação ao 3T25. No trimestre, a margem foi impactada pelo aumento da despesa de PDD devido ao crescimento da carteira de crédito pessoal e maturidade da carteira de consignado.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o índice de eficiência foi de 54,2%, aumento de 1,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2024. No 4T25, o índice atingiu 57,8%, estável em relação ao 3T25. O Banco segue focado na gestão de custos, trazendo mais eficiência tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando mais segurança e menor custo de servir.

O Lucro Líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 561 milhões, aumento de 27,2% quando comparado a igual período de 2024. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 172 milhões, aumento de 16,2% em relação ao 3T25, consequência da disciplina e responsabilidade na execução da estratégia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 14,4% ao ano no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. No 4T25, o ROAE atingiu 19,0%. Em 2025, o lucro líquido e consequentemente o ROAE, não apresentam diferença entre a visão contábil e recorrente.

O Patrimônio Líquido consolidado em 31 de dezembro de 2025 atingiu o valor de R\$ 3.892 milhões e o índice de capitalização ponderado pelo risco dos ativos (Índice de Basileia) correspondeu a 13,2%.

O Banco pagou R\$ 323,6 milhões de Juros sobre o Capital Próprio referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Ainda, o Banco anunciou em 21 de janeiro de 2026 aumento de capital privado no montante mínimo R\$ 156 milhões e máximo de R\$ 214 milhões, visando fortalecer a posição de capital do Banco com vistas à melhoria do Índice de Basileia. A operação encontra-se em fase de execução até a presente data. A carteira total de operações de crédito encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 23.193 milhões, representando uma redução de 11,9% em doze meses e de 1,4% em relação ao terceiro trimestre de 2025. A redução da carteira ocorreu, em especial, por conta da redução da carteira de consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico). O Banco vem trabalhando na mudança de mix dos ativos aumentando exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado.

A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 33.287 milhões, representando um aumento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior e redução de 2,2% em relação ao 3T25. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em outubro de 2025 o Banco concluiu a captação de R\$ 300 milhões na sua 7ª emissão pública de Letras Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos do Banco em controladas totalizaram R\$ 126 milhões, sendo a principal variação no trimestre o resultado de equivalência patrimonial da Bmg Corretora.

Princípios ASG
No Banco Bmg, a sustentabilidade dos nossos negócios está ligada à agenda ASG: nossa responsabilidade com o meio Ambiente, a geração de impacto Social positivo e uma Governança ética e transparente. É assim que fortalecemos nossos resultados e geramos valor para nossos clientes, acionistas,

colaboradores e para sociedade em geral. Isso também reflete a nossa essência: entregar soluções financeiras para as pessoas viverem bem na maturidade, com foco no público 50+.

Também somos uma das empresas mantenedoras do Instituto Marina e Flávio Guimarães (IMFG), que centraliza as ações sociais do Grupo Bmg. Fundado para impulsionar transformações sociais, o IMFG promove o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades onde atua.

O Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTQI+, OUtstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpas) do Instituto Ethos.

Além disso, em abril/25 conquistou o selo Age Friendly, uma certificação internacional concedida a empresas que demonstram compromisso com a inclusão e valorização de profissionais com 50 anos ou mais.

Como parte dos pilares estratégicos da área de ASG, lançamos o programa "Você no Controle", voltado para colaboradores e clientes, com foco em letramento e educação financeira. A iniciativa inclui benefícios exclusivos e acesso gratuito à plataforma Meu Bolso em Dia, que oferece diagnóstico financeiro e trilhas personalizadas de aprendizado.

Saiba mais sobre nossas iniciativas ASG no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade e no site: <https://www.bancobmg.com.br/compromisso-ASG/>.

Governança Corporativa
O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Disposições sobre a Política de Equidade da Lei 15.177/25
Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, o Banco passará a divulgar o número total e percentual de mulheres, bem como o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico. Considerando que os valores da remuneração variável referentes ao exercício de 2025 (primeiro período-base de reporte) ainda não estão disponíveis, o reporte completo do Relatório da Administração com as informações exigidas pela lei será incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária previsto para ser divulgado em 24 de março de 2026.

Relacionamento com os Auditores Independentes
A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital
A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos
Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO
São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Consolidado		Banco	
	Nota	2025	2025	2025
Ativo				
Disponibilidades	4	544.312	490.409	
Instrumentos Financeiros	5	37.816.509	34.493.656	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1	22.880	633.276	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.2 e 5.3	17.123.283	14.353.518	
Operações com características de concessão de crédito	5.4	22.143.729	20.743.013	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.4	(1.559.532)	(1.236.151)	
Operações de seguros	14(d)	86.149	-	
Relações interfinanceiras	5.5(b)	873.866	873.657	
Outros créditos	5.5(a)	8.407.423	7.898.788	
Ativos fiscais		5.777.606	5.269.630	
Diversos		2.629.817	2.629.158	
Outros valores e bens		455.164	355.308	
Bens não de uso próprio	6(a)	24.248	24.021	
Despesas antecipadas	6(b)	430.916	331.287	
Permanente		950.407	5.672.459	
Investimentos		125.747	4.857.875	
Participações em coligadas e controladas	7	125.747	4.857.875	
No exterior		-	447.926	
No país		125.747	4.409.949	
Imobilizado de uso	8	117.099	108.488	
Intangível	9	707.561	706.096	
Total do Ativo		49.047.681	49.784.277	

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

	Consolidado		Banco	
	Nota	2025	2025	2025
Passivo e Patrimônio Líquido				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	10	34.264.963	35.489.745	
Depósitos	10.1	22.390.791	23.774.851	
Captações no mercado aberto - carteira própria	10.1(c)	5.682.641	5.682.641	
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.2	3.504.996	3.504.996	
Obrigações por empréstimos e repasses	10.3	2.443.499	2.443.499	
Instrumentos financeiros derivativos	5.3	83.758	83.758	
Operações de seguros	14(d)	159.278	-	
Relações interfinanceiras		273.224	273.137	
Provisões	11(a)	1.817.535	1.759.291	
Obrigações fiscais	11(a)	239.568	121.019	
Outras obrigações	11(b)	8.429.592	8.249.077	
Total do Passivo		45.024.882	45.892.269	
Patrimônio Líquido administrado pela controladora		4.022.799	3.892.008	
Participação de acionistas não controladores		130.791	-	
Patrimônio Líquido	13	3.892.008	3.892.008	
Capital social - De domiciliados no país		3.792.104	3.792.104	
Ações em tesouraria		(9.723)	(9.723)	
Reservas de capital		20.923	20.923	
Outros resultados abrangentes acumulados		(87.488)	(87.488)	
Reservas de lucros		176.192	176.192	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		49.047.681	49.784.277	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		Banco	
	Nota	2025	2025	2025
Receitas da intermediação financeira		4.609.133	9.302.010	4.164.086
Operações de crédito	14(a)	3.553.818	6.838.469	3.214.080
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14(b)	1.055.315	2.463.541	950.006
Despesas da intermediação financeira	14(c)	(2.691.859)	(5.281.130)	(2.824.302)
Captação no mercado		(2.649.545)	(5.439.728)	(2.772.878)
Operações de empréstimos e repasses		(144.297)	(218.599)	(153.407)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		101.983	377.197	101.983
Resultado de Seguros	14(d)	68.512	128.027	-
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito		1.985.786	4.148.907	1.339.784
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.4(e)	(683.008)	(1.559.265)	(505.748)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	5.4(e)	118.166	261.727	115.508
Resultado bruto da intermediação financeira		1.420.944	2.851.369	949.544
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.202.960)	(2.320.927)	(820.768)
Receitas de prestação de serviços	15	127.175	260.420	76.661
Despesas de pessoal	16(a)	(246.030)	(466.948)	(200.499)
Outras despesas administrativas	16(b)	(618.706)	(1.212.650)	(578.568)
Despesas tributárias	17	(134.128)	(254.814)	(101.333)
Resultado de participações em coligadas e controladas	7	25.725	48.526	345.186
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(356.996)	(695.461)	(362.215)
Resultado operacional		217.984	530.442	128.776
Resultado não operacional		(6.756)	(16.822)	(17.007)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		211.228	523.919	111.769
Imposto de renda e contribuição social correntes	19(c)	3.799	(203.007)	57.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19(c)	209.345	446.598	235.833
Participação nos lucros		(85.556)	(134.724)	(84.620)
Dedução da participação dos não controladores nas controladas consolidadas		(18.258)	(72.101)	-
Lucro líquido do semestre/exercício		320.558	560.685	320.558
Resultado básico e diluído por ação - R\$	13(d)			0,957

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício	320.558	560.685	320.558	560.685
Ajuste ao Lucro líquido	653.038	1.340.771	125.963	499.184
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	(11.619)	(6.853)	(11.619)	(6.853)
Depreciações	20.491	36.917	16.562	32.351
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	683.008	1.559.265	505.748	990.748
Amortizações	4.994	9.287	2.860	6.773
Amortizações de outros ativos intangíveis	65.576	134.043	65.189	133.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(209.345)	(446.598)	(235.833)	(461.451)
Resultado de equivalência patrimonial	(25.725)	(48.526)	(345.186)	(516.090)
Provisão para causas judiciais	58.037	121.083	51.738	111.263
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos	67.621	(17.847)	76.504	208.787
Lucro líquido ajustado do período	973.596	1.901.456	446.521	1.059.869
Variação de ativos e passivos	(728.492)	(2.921.036)	(442.435)	(2.543.131)
(Aumento) / redução em ativos				
Depósitos interfinanceiros	20.467	177.166	1.499.698	2.791.729
Títulos e valores mobiliários	(1.669.620)	(3.589.476)	(1.631.778)	(3.102.485)
Relações interfinanceiras e interdependências	759.745	488.349	759.590	488.346
Operações com características de concessão de crédito	325.069	1.431.745	(341.971)	(370.718)
Outros créditos	51.730	(899.271)	(58.147)	(964.953)
Outros valores e bens	101.750	157.696	4.668	59.883
Aumento / (redução) em passivos				
Depósitos	(3.190.300)	(2.655.146)	(3.374.262)	(3.090.818)
Captações mercado aberto	1.895.978	(1.230.662)	1.887.095	(1.457.296)
Recursos de aceites e emissões de títulos	611.986	1.139.982	611.986	1.139.982
Obrigações por empréstimos e repasses	345.873	451.114	345.873	451.114
Relações interfinanceiras	(16.842)	(146.298)	(16.718)	(146.309)
Instrumentos financeiros derivativos	(70.720)	(119.684)	(70.720)	(106.367)
Outros passivos	106.392	1.873.449	(57.749)	1.764.761
Caixa aplicado nas operações	245.104	(1.019.580)	4.086	(1.483.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(93.671)	(206.950)	(44.856)	(120.609)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	151.433	(1.226.530)	(40.770)	(1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros			Atribuível aos acionistas da Controladora		Participação dos não controladores	Total		
			Legal	Estatutária	Outras	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria			Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.742.571	14.070	169.826	458.817	5.894	(74.439)	(11.101)	-	4.305.638	173.533	4.479.171
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	-	-	-	(694.182)	-	-	-	-	(694.182)	-	(694.182)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	3.742.571	14.070	169.826	(235.365)	5.894	(74.439)	(11.101)	-	3.611.456	173.533	3.784.989
Aumento de capital	49.533	-	-	-	-	-	-	-	49.533	-	49.533
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações (nota 20b(ii))	-	6.853	-	(1.229)	-	-	1.378	-	7.002	-	7.002
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(17.850)	-	-	(17.850)	-	(17.850)
Varição em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	4.801	-	-	4.801	-	4.801
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	560.685	560.685	72.101	632.786
Movimentação na participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.843)	(114.843)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	28.034	532.651	-	-	-	(560.685)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 13)	-	-	-	(323.619)	-	-	-	-	(323.619)	-	(323.619)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.792.104	20.923	197.860	(27.562)	5.894	(87.488)	(9.723)	-	3.892.008	130.791	4.022.799
Saldos em 30 de junho de 2025	3.742.571	9.304	181.832	(131.650)	5.894	(75.855)	(1.050)	-	3.731.046	167.577	3.898.623
Aumento de capital	49.533	-	-	-	-	-	-	-	49.533	-	49.533
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações (nota 20b(ii))	-	11.619	-	12.774	-	-	(8.673)	-	15.720	-	15.720
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	(17.850)	-	-	(17.850)	-	(17.850)
Varição em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	6.217	-	-	6.217	-	6.217
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	320.558	320.558	18.258	338.816
Movimentação na participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.044)	(55.044)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	16.028	304.530	-	-	-	(320.558)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (nota 13)	-	-	-	(213.216)	-	-	-	-	(213.216)	-	(213.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.792.104	20.923	197.860	(27.562)	5.894	(87.488)	(9.723)	-	3.892.008	130.791	4.022.799

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
1 – Receitas	9.016.631	8.596.582		
Intermediação financeira	9.302.010	8.651.864		
Prestação de serviços	260.420	142.300		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.559.265)	(990.748)		
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	261.727	231.967		
Outras receitas operacionais	605.781	554.557		
Operações de Seguros	128.027	-		
Não Operacionais	17.931	6.642		
2 – Despesas	(6.606.827)	(7.097.333)		
Despesas da intermediação financeira	(5.281.130)	(5.813.300)		
Outras despesas operacionais	(1.301.243)	(1.260.521)		
Não Operacionais	(24.454)	(23.512)		
3 – Insumos adquiridos de terceiros	(1.022.458)	(966.814)		
Materiais, energia e outros	(139.743)	(111.108)		
Serviços de terceiros	(166.023)	(161.488)		
Outros	(716.692)	(694.218)		
Comunicação	(28.723)	(27.835)		
Propaganda, promoções e publicidade	(50.221)	(45.102)		
Processamento de dados	(279.166)	(272.573)		
Serviços técnicos especializados	(326.922)	(317.785)		
Taxas e emolumentos bancários	(27.988)	(27.539)		
Transporte	(3.672)	(3.384)		
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	1.387.346	532.435		
5 – Depreciação e amortização	(180.246)	(172.780)		
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	1.207.100	359.655		
7 – Valor adicionado recebido em transferência	48.526	516.090		
Resultado de equivalência patrimonial	48.526	516.090		
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	1.255.626	875.745		
9 – Distribuição do valor adicionado	1.255.626	875.745		
9.1 Pessoal	516.522	445.561		
Remuneração direta	401.484	344.216		
Benefícios	90.474	80.131		
FGTS	24.564	21.214		
9.2 Impostos, contribuições e taxas	96.372	(135.007)		
Federais	82.833	(141.974)		
Municipais	13.539	6.967		
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	9.946	4.506		
Aluguéis	9.946	4.506		
9.4 Remuneração de capitais próprios	632.786	560.685		
Juros sobre capital próprio	323.619	323.619		
Lucros retidos do exercício	237.066	237.066		
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	72.101	-		

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
As operações do Banco Bmg S.A. ("Bmg" ou "Banco") são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições do Grupo Financeiro Bmg. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.
O Banco Bmg S.A., constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil, possui atualmente mais de 9 milhões de clientes, oferecendo ao varejo: cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, crédito pessoal e seguros massificados. Oferece, ainda, aos clientes de varejo uma gama completa de produtos e serviços em seu banco digital. Aos clientes de atacado oferece financiamento, prestação de serviços financeiros estruturados e instrumentos derivativos. Adicionalmente, o Bmg disponibiliza produtos de investimento para ambos os públicos.
Conforme AGE realizada em 07 de fevereiro de 2025, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos a alteração na denominação social da Banco Cifra S.A. para Banco Bmg Soluções Financeiras S.A., conforme Resolução BCB nº 2/20 as Demonstrações Financeiras incluem as demonstrações financeiras individuais, bem com as demonstrações financeiras consolidadas (nota 2.2 p), conforme segue:

Controladas	País de constituição	Atividade	2025	Participação em %
Araújo Fontes Investimentos Ltda.	Brasil	Investimentos	50	
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	
BMG Bank Cayman Ltd.	Iilhas Cayman	Banco	100	
Banco BMG Consignado S.A.	Brasil	Banco	100	
Banco BMG Soluções Financeiras S.A.	Brasil	Banco	100	
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	
R&C Franchising Intermediações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100	
Rara Intermediação de Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100	
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	
Bmg Estrutura Corporativa Ltda. (*)	Brasil	Holding	99,99	
BMG Seguridade	Brasil	Seguros	100	
BMG Participações em Seguradoras Ltda.	Brasil	Holding	100	
BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	100	

(*) Em 19/09/2025 foi alterada a razão social da BMG Participações em Negócios Ltda. para BMG Estrutura Corporativa Ltda.

Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Para fins de divulgação dessas Demonstrações Financeiras, o Bmg observa o disposto na Resolução CMN 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As Demonstrações Financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 26 de fevereiro de 2026.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, o Consolidado, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos até o presente momento:
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (R1) e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 41 (R1) – Resultado por Ação.
Resolução CMN nº 4.967/21 - Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento.
Resolução CMN nº 4.877/20 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
Alguns números incluídos neste Relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

2.2. Resolução adotada a partir de 01 de janeiro de 2025

2.2.1. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021
Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Esta resolução dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), e incorpora os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9.
No contexto dessa resolução, foram emitidas outras normativas complementares. A Resolução BCB nº 352/23 estabelece parâmetros e pisos de provisionamento, além de esclarecer aspectos relacionados à taxa efetiva de juros, ao teste de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ), e à divulgação de instrumentos financeiros. Subsequentemente, a Resolução BCB nº 397/24 alterou a Resolução BCB nº 352/23, ajustando alguns dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis. Além disso, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e CMN nº 5.146/24 abordam temas como a reestruturação de ativos, os níveis de hierarquia de valor justo, e o reconhecimento inicial de ativos. Para questões relacionadas ao risco de crédito, a Instrução Normativa BCB nº 464/24 esclarece os critérios para a estimação dos parâmetros utilizados na mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito.
Com a implementação das novas regras, várias normativas foram revogadas, como as Circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/02 (esta somente a partir de 2027), que tratavam, respectivamente, da contabilização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos derivativos, e, mais notadamente, a Resolução CMN nº 2.682/99, que abordava a contabilização de operações de crédito e as provisões associadas ao risco de crédito. O principal impacto da adoção da Resolução 4.966/21 deu-se no cálculo das provisões associadas ao risco de crédito e o respectivo efeito tributário, conforme nota 5.4(e) e nota 19(a).
A Resolução foi adotada de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027.
O Bmg optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com

o artigo 79 da referida Resolução, que dispensa as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de apresentar as informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025.

2.2.2. Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023

Em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 352, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2.2.3. Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.975/21 – Arrendamento

Introduz o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos que elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. A adoção, prospectiva a partir de 2025, não produziu efeitos materiais no Patrimônio Líquido.

2.3. Descrição das principais políticas contábeis adotadas**(a) Moeda funcional e de apresentação**

As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Bmg e de suas controladas. As operações da subsidiária no exterior (Nota 7) são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto os ativos, os passivos e os resultados são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os ganhos e as perdas resultantes do processo de conversão são registrados no resultado do exercício.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes. Adicionalmente, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o Consolidado divulga de forma segregada os resultados recorrentes e não recorrentes, evidenciando a natureza e os efeitos apurados no exercício, considera-se resultados não recorrentes aqueles não relacionados ou relacionados ocasionalmente com as atividades da instituição e que não tenham previsão de frequência futura. Neste semestre, não ocorreram resultados não recorrentes.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas para Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Instrumentos Financeiros**(i) Classificação dos Instrumentos Financeiros Ativos Financeiros**

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- (iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados, e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Desta forma, o Grupo classifica seus instrumentos financeiros pelos seguintes modelos de negócios:

- Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais
- Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais e venda
- Mantidos para negociação/outras

Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são geridos com o objetivo de serem mantidos até o vencimento de modo que o Grupo obtenha fluxos de caixa pelo recebimento dos fluxos de caixa do principal e dos juros ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

Mantidos para coleta dos fluxos de caixa contratuais e venda – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são geridos com o objetivo de que o Grupo obtenha fluxos de caixa através de ambos, coleta dos fluxos de caixa contratuais ao longo da vida dos instrumentos financeiros e também pela venda de ativos financeiros.

Mantidos para negociação/outras – os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são gerenciados com o objetivo de que o Grupo obtenha fluxos de caixa por meio de venda de ativos financeiros ou esses não se enquadram nos outros modelos de negócios.

A definição dos modelos de negócios do Grupo foi aprovada pelo Conselho de Administração, conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21.

Análise de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ)

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) obter fluxos de caixa contratuais e ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda, é necessária a aplicação do Teste SPPJ.

O Grupo analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de avaliar se esses consistem somente em pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo considera os seguintes critérios para determinar se um ativo passa ou não na avaliação:

- (i) o valor do dinheiro no tempo;
- (ii) ao risco de crédito;
- (iii) os custos da operação;
- (iv) a margem de lucro; e
- (v) outros riscos relacionados.

A metodologia de aplicação do Teste SPPJ e a eficácia dos procedimentos de avaliação passam por revisão periódica da Administração.

Os ativos financeiros que não representarem somente pagamento de principal e juros são classificados na categoria de mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Categorias de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ) e nos modelos de negócios dos quais os ativos são geridos em uma das três categorias:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"); e
- (iii) valor justo no resultado ("V

(iii) custos de avaliação e registro de garantias vinculadas a cada instrumento financeiro;
(iv) custos de processamento de documentos e fechamento da transação;
(v) custos de originação pagos na emissão de ativos e passivos financeiros;
(vi) custos de taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores;
(vii) outros custos de transação atribuíveis individualmente à operação.
Os custos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de relato, durante todo o prazo da operação, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem e não podem compor o valor contábil bruto do instrumento.

Fica facultado o reconhecimento, no resultado do exercício, dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou na originação do instrumento considerados materiais. São presumidamente materiais os custos e receitas que representem mais de 1% da receita total a ser obtida com o ativo financeiro e dos encargos totais a serem incorridos com o passivo financeiro. No Bmg, tais custos representam menos de 1% da receita total e são considerados materiais.

Por meio do método de Taxa de Juros Efetiva, a receita ou despesa de juros é alocada de forma a refletir um retorno periódico constante sobre o valor contábil do ativo ou passivo. Isso significa que a cada período, a parcela de juros reconhecida pelo Grupo é calculada com base na Taxa de Juros Efetiva aplicada ao saldo do valor contábil, garantindo assim uma distribuição equitativa dos juros ao longo do tempo e uma amortização gradual do ativo ou passivo.

Metodologia de Taxa de Juros

O Grupo aplica a Taxa de Juros Efetiva dos instrumentos financeiros pela opção da metodologia diferenciada para o reconhecimento de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação, com base na Resolução BCB nº 352/23 para suas operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, classificadas na categoria de custo amortizado. De acordo com a metodologia, as receitas de juros e demais encargos são reconhecidas pro rata temporis ao longo do período, considerando a taxa de juros contratual original. Em seguida, as receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na origem ou emissão do instrumento financeiro são reconhecidas de forma linear às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

(iv) Perdas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito do Grupo é composta por aplicações em depósitos interfinanceiros, TVMs classificados como custo amortizado, operações de crédito, outras operações com característica de concessão de crédito (adiantamento de câmbio, adiantamento a fornecedores e compras a faturar), devedores por depósito em carteira e valores a repassar pelos órgãos públicos e são classificadas nos termos da Resolução CMN nº 4.966/21 e da Resolução BCB nº 352/23.

O Grupo classifica seus instrumentos financeiros como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorre atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou de encargos ou identifique por meio de indicadores de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas.

Para classificar um ativo como ativo problemático, o Grupo avalia os seguintes indicativos:
(i) constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas;
(ii) reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
(iii) falência decretada, recuperação judicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
(iv) medida judicial que limite, atreze ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
(v) diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;

(vi) descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
(vii) negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Quando um instrumento financeiro for caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem, na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização, ser caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e não admitidos como adicionalmente a não caracterização de determinado instrumento que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior.

Para o Grupo, o ativo somente deixa de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito no caso de:
(i) inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
(ii) manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
(iii) cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
(iv) evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A Resolução introduz um novo conceito de stop accrual, no qual é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

As receitas apenas podem ser apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento. Todavia, não se aplica às receitas geradas pela recuperação de ativos baixados.

O Grupo volta a reconhecer as receitas relativas ao ativo, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Modelo de Perdas Esperadas

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

3.2.2. Cobertura de Perda de Crédito Esperada

• **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
• Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
• **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimação da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:
• Exposição ao *Default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;
• Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;
• Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.
A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem. O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante do balanço de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Auração de Perda Incorrida

O Grupo observa os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da responsabilidade do Grupo pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face à totalidade da perda esperada na realização desses ativos.

O nível de provisão das operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no anexo I da Resolução BCB nº 352/23, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas, sobre o valor contábil bruto do ativo.

As carteiras (C1 a C5) são definidas da seguinte forma:

Carteira 1 (C1):

(i) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
(ii) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

Carteira 2 (C2):

(i) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
(ii) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

(iii) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
(iv) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
(v) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
(vi) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução CVM nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

Carteira 3 (C3):

(i) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;
(ii) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e
(iii) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras C1 e C2;

Carteira 4 (C4):

(i) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
(ii) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

Carteira 5 (C5):

(i) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas na carteira C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;
(ii) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4; e
(iii) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras de C1 a C4.

(v) Baixa para prejuízo (Write-off)

O ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que o Grupo recupere o seu valor.

O Grupo mantém controles para identificação dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, observado prazo mínimo de 5 anos. Os instrumentos baixados que forem renegociados devem ser alocados, na data da renegociação, no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento, também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados.

(vi) Garantias financeiras prestadas

Os contratos de garantias financeiras são definidos como aqueles que o Grupo se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro caso este não o faça. Esses contratos podem assumir diversas formas jurídicas, como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, as comissões das garantias financeiras são inicialmente reconhecidas como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo. Esse valor justo geralmente corresponde ao valor presente das taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

As garantias financeiras são periodicamente revisadas para determinar o risco de crédito a que estão expostas e, se necessário, para considerar a provisão para perdas esperadas. Após o reconhecimento inicial, as garantias financeiras devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

• A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
• O valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(e) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(f) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em exercícios subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

(g) Investimentos

Os investimentos em controladas, que apresentam influência significativa, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (vide percentual de participações na Nota 7) nas demonstrações individuais. Os demais investimentos, são registrados pelo valor de custo e, quando aplicável, ajustados ao seu valor recuperável por meio de constituição de provisão conforme normas vigentes. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

(h) Imobilizado de uso

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades do Consolidado por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável.

A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica. A depreciação é considerada nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, instalações e sistema de comunicação - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%.

(i) Intangível

São compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios, licenças de *software* e outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, como *ágio* ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente. Ativos intangíveis sujeitos a amortização são avaliados ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio

O *ágio* é originado no processo de aquisição de controladas. Representa o excesso do custo de aquisição, sobre o valor contábil dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O *ágio* originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Investimentos" nas demonstrações financeiras individuais. Para as investidas que são consolidadas o *ágio* é classificado em "Ativos Intangíveis". Já o *ágio* originado na aquisição de controladas e consolidadas e subsequentemente incorporadas é reconhecido no Patrimônio Líquido nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a Resolução CMN No. 4.817/20.

Ágios com base na expectativa de rentabilidade futura foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses *ágios* são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurados na data de aquisição e amortizados (nota 9), como requerem as normas do Banco Central do Brasil, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da respectiva investida e são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

(j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Perdas são reconhecidas no resultado do período e caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

(k) Passivos de curto e longo prazo

A segregação entre curto e longo prazo é apresentada em notas explicativas, demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro-rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos correntes é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.448/22.
O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as regras e legislação tributária, às alquotas vigentes na data da sua constituição. O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

(m) Operações em moedas estrangeiras

O *cláusula de câmbio* para saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5024.

(n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009. Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outros tributos vindendos.

Provisões – são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, caso uma provisão seja necessária para o pagamento das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação (vide Nota 12).

Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras (vide Nota 12).

(o) Plano de remuneração - Administradores

O Banco possui um Plano de Remuneração específico para os Administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável com base em critérios de desempenho e produtividade. O plano de remuneração variável é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à remuneração variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos do Consolidado, às metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

Adicionalmente, em assembleia geral extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, o Banco implantou um Plano de Incentivo de Longo Prazo, que tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg designados pelo Comitê de Remuneração e Pessoas do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (e conjuntamente, "Colaboradores") recebam ações preferenciais de emissão do Banco como um incentivo de longo prazo que compará suas respectivas remunerações variáveis. Em 29 de abril de 2022, a reforma do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Banco.

(p) Princípios de consolidação - Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas de consolidação e instruções do BACEN para a elaboração do Consolidado e estão sendo apresentadas em consonância ao disposto no art. 77 da Resolução CMN nº 4.966/21. Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas patrimoniais e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os *ágios* apurados nas aquisições de investimentos em empresas consolidadas estão apresentados na nota de "Intangível" Nota 9. As demonstrações financeiras da empresa sediada no exterior, Bmg Bank (Cayman) Ltd., cuja moeda nacional é o Real, são originalmente preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas do BACEN.

(q) Operações de Seguros

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os prêmios de seguro, custos de seguros e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos.

Prêmios de Seguros: os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o Seguradora constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros: no curso normal dos negócios, a Seguradora ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição: os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Provisões Técnicas: as provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Seguradora com os seus segurados. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade e outros. As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da Seguradora, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Teste de Adequação do Passivo: a Seguradora realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa dos prêmios de seguros, custos de seguros e despesas de comercialização para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração a estabilização no resultado do período).

3. Exigibilidade de capital e limites de imobilização

Índice de Solvabilidade Basileia e de Imobilização
Conforme Resolução CMN nº 4.958/21 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

De forma a evidenciar o cumprimento dos requisitos de capital previstos nas regulamentações em vigor, apresentamos abaixo o Índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido, que podem ser assim demonstrados:

	Basileia III	2025
Patrimônio de referência nível I		2.851.325
Capital Principal		2.739.290
Patrimônio líquido (i)		3.892.083
Ajustes Prudenciais – Res. CMN 4.955/21 e Res. BCB 452/25		(1.152.793)
Capital complementar (ii)		112.035
Letras financeiras subordinadas		112.035
Patrimônio de referência nível II (ii)		878.060
Letras financeiras subordinadas		878.060
Patrimônio de referência – PR (nível I + nível II) (a)		3.729.385
Ativo ponderado pelo risco – RWA (b)		28.171.314
Alocação de capital:		
Risco de crédito		24.846.351
Risco de mercado		210.458
Risco operacional		3.114.505
Índice de basileia (a / b)		13,24%
Capital nível I		10,12%
Capital principal		9,72%
Capital complementar		0,40%
Capital nível II		3,12%
Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária conf. Resolução nº. 3.876/18 do BACEN - Parcela "IRRB"		253.389
Índice de imobilização		28,97%
Folga de imobilização		784.455

(i) Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; e

(ii) Vide nota 11(c)

4. Disponibilidades

	Consolidado	Banco
2025	2025	2025
Caixa e saldos em bancos	494.323	440.420
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	49.989	49.989
Total	544.312	490.409
(i) Inclui operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.		

5. Instrumentos financeiros

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Consolidado	Banco
2025	2025	2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.880	22.880
Aplicações em moedas estrangeiras	-	610.396
Total	22.880	633.276
Circulante	5.605	481.054
Não circulante	17.275	152.222

5.2. Títulos e valores mobiliários

(a) Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	Consolidado	Banco
202		

(b) Os títulos e valores mobiliários apresentam as seguintes classificações e prazos de vencimento:

Descrição	Valor do Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil (I)	Abertura por vencimento						Total	
				Sem Vencto	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.251.427	(62.635)	8.188.792	-	262.905	903.868	6.638	31.130	3.331.446	3.652.805	8.188.792
LFT	1.686.607	975	1.687.582	-	197.408	897.915	-	-	-	592.259	1.687.582
LTN	1.929.520	(23.930)	1.905.590	-	-	-	-	-	234.034	1.671.556	1.905.590
NTN	3.833.550	(56.310)	3.777.240	-	-	-	-	-	3.015.835	761.405	3.777.240
Debêntures	708.824	16.754	725.578	-	5.085	5.437	4.962	26.086	76.436	607.572	725.578
Certificado de recebíveis do agronegócio	5.905	41	5.946	-	104	105	104	2.696	595	2.342	5.946
Certificados de recebíveis imobiliários	27.121	(165)	26.956	-	408	411	1.572	2.348	4.546	17.671	26.956
Certificados de depósitos bancários	59.900	-	59.900	-	59.900	-	-	-	-	-	59.900
MTM dos títulos transferidos - VJORA	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
NTN	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
Custo Amortizado	4.575.966	-	4.575.966	-	93.972	54.116	55.546	192.063	1.115.572	3.064.697	4.575.966
Debêntures	366.920	-	366.920	-	11.181	11.180	11.181	34.875	73.083	225.420	366.920
Nota Comercial	417.401	-	417.401	-	64.475	15.738	23.258	73.392	129.700	110.838	417.401
NTN	1.528.577	-	1.528.577	-	-	-	-	-	760.435	768.142	1.528.577
Cédula de Produto Rural	102.150	-	102.150	-	540	-	6.155	27.260	41.202	26.993	102.150
Títulos no exterior	2.160.918	-	2.160.918	-	17.776	27.198	14.952	56.536	111.152	1.933.304	2.160.918
Valor justo por meio do resultado	4.182.550	166.457	4.403.349	647.767	3.711.809	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	4.403.349
NTN	3.546.309	154.931	3.701.240	-	3.701.240	-	-	-	-	-	3.701.240
Ações de companhias fechadas	42.293	11.526	53.819	53.819	-	-	-	-	-	-	53.819
Colas de fundos de investimentos	593.948	-	593.948	593.948	-	-	-	-	-	-	593.948
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"	-	-	54.342	-	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Total geral	17.009.943	58.998	17.123.283	647.767	4.068.686	960.201	60.818	234.040	4.433.417	6.718.354	17.123.283

Descrição	Valor do Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil (I)	Abertura por vencimento						Total	
				Sem Vencto	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		Acima de 360 dias
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.988.856	(62.635)	7.926.221	-	5.597	898.605	6.638	31.130	3.331.446	3.652.805	7.926.221
LFT	1.483.936	975	1.484.911	-	-	892.652	-	-	-	592.259	1.484.911
LTN	1.929.520	(23.930)	1.905.590	-	-	-	-	-	234.034	1.671.556	1.905.590
NTN	3.833.550	(56.310)	3.777.240	-	-	-	-	-	3.015.835	761.405	3.777.240
Debêntures	708.824	16.754	725.578	-	5.085	5.437	4.962	26.086	76.436	607.572	725.578
Certificado de recebíveis do agronegócio	5.905	41	5.946	-	104	105	104	2.696	595	2.342	5.946
Certificados de recebíveis imobiliários	27.121	(165)	26.956	-	408	411	1.572	2.348	4.546	17.671	26.956
MTM dos títulos transferidos - VJORA	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
NTN	-	(44.824)	(44.824)	-	-	(7.424)	(3.901)	(7.675)	(18.748)	(7.076)	(44.824)
Custo Amortizado	2.370.036	-	2.370.036	-	20.002	15.738	29.413	100.652	931.337	1.272.894	2.370.036
Debêntures	366.920	-	366.920	-	-	-	-	-	-	366.920	366.920
Nota Comercial	372.389	-	372.389	-	19.462	15.738	23.258	73.392	129.700	110.839	372.389
NTN	1.528.577	-	1.528.577	-	-	-	-	-	760.435	768.142	1.528.577
Cédula de Produto Rural	102.150	-	102.150	-	540	-	6.155	27.260	41.202	26.993	102.150
Valor justo por meio do resultado	3.881.286	166.457	4.102.085	346.503	3.711.809	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	4.102.085
NTN	3.546.309	154.931	3.701.240	-	3.701.240	-	-	-	-	-	3.701.240
Ações de companhias fechadas	42.293	11.526	53.819	53.819	-	-	-	-	-	-	53.819
Colas de fundos de investimentos	292.684	-	292.684	292.684	-	-	-	-	-	-	292.684
Instrumentos financeiros derivativos – "Diferencial a receber"	-	-	54.342	-	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Total geral	14.240.178	58.998	14.353.518	346.503	3.737.408	916.560	34.685	142.629	4.249.182	4.926.551	14.353.518

(i) O valor contábil está sendo apresentado já líquido da perda esperada, que em 31 de dezembro de 2025 corresponde a um saldo de R\$(10.036) no Consolidado e R\$(8.108) no Banco.

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (swaps, contratos de futuro e termo) se destinam à proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress".

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) Classificação por prazo de vencimento

Descrição	Consolidado						Total
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Contratos de Swap							
Posição ativa							
Moeda estrangeira	2.662	377	2.301	5.081	2.158	6.290	18.869
Juros	1.301	711	212	37	532	1.638	4.431
Índices	6.606	8.553	22	13.404	2.457	-	31.042
Total – 2025	10.569	9.641	2.535	18.522	5.147	7.928	54.342
Contratos de Swap							
Posição passiva							
Moeda estrangeira	(18.392)	(13.456)	(2.230)	(19.864)	(6.208)	(13.874)	(74.024)
Juros	-	-	-	(313)	-	(934)	(1.247)
Índices	(8.318)	-	(21)	(141)	(7)	-	(8.487)
Total – 2025	(26.710)	(13.456)	(2.251)	(20.318)	(6.215)	(14.808)	(83.758)

(b) Classificação por indexador e valor de referência:

Swap, opções e termo	Consolidado		
	Valor de referência	Valor pela curva - Custo amortizável	Valor de mercado
Moeda estrangeira	716.249	14.353	18.869
Juros	76.634	2.573	4.431
Índices	433.526	26.986	31.042
Posição ativa – 2025	1.226.409	43.912	54.342
Moeda estrangeira	1.643.047	(55.621)	(55.332)
Juros	50.964	(1.393)	(1.247)
Índices	10.703	(8.493)	(27.179)
Posição passiva – 2025	1.704.714	(65.507)	(83.758)
Exposição – 2025	2.931.123	(21.595)	(29.416)

As transações de swap foram marcadas a mercado considerando as cotações obtidas de fontes externas de acesso restrito e independente. Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros.

Futuros	Consolidado e Banco		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)	-	(376)	895.925
Futuro de cupom de cambial (DDI)	25.051	-	1.569.791
Futuro de taxa média de DI de um dia (D11)	-	(2.089)	24.186.509
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)	-	(4.815)	1.736.899
Posição – 2025	25.051	(7.280)	28.389.124

(c) Operações com instrumentos derivativos destinadas a hedge:**(i) Hedge de Fluxo de Caixa**

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações indexadas ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negociou contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor nominal de R\$18.530.506. Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo registrado no patrimônio líquido de R\$52.386, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

(ii) Hedge de Risco de Mercado

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$896.565. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$10.314.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Bmg utiliza a partir de junho de 2022 contratos futuros (D11) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$547.541. Em 31 de dezembro

de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$49.181.

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Bmg utiliza a partir de agosto de 2022 contratos futuros (D11) negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$820.027. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$46.399.

À efetividade apurada para a carteira de hedge durante todo o período de utilização dos instrumentos e das estratégias, foi mensurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

5.4. Operações com características de concessão de crédito**(a) Classificação por produto**

	Consolidado		Banco	
	2025		2025	
Crédito pessoal	11.466.415		10.295.818	
Carteira comercial	1.979.993		1.749.874	
Operações de crédito cedidas (i)	8.563.471		8.563.471	
Total - operações de crédito	22.009.879		20.609.163	
Compra de duplicatas sem coobrigação - carteira comercial	149.871		149.871	
Carteira de câmbio	402.424		402.424	
Cartões de crédito	630.987		630.987	
Total - outros créditos	1.183.282		1.183.282	
Total operações de crédito e outros créditos	23.193.161		21.792.445	
Outros ativos atrelados à carteira de crédito (ii)	133.850		133.850	
Total carteira de crédito	23.327.011		21.926.295	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.559.532)		(1.236.151)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – outros créditos	(57.118)		(57.118)	
Total	21.710.361		20.633.026	
Circulante	11.661.920		8.769.195	
Não Circulante	10.048.441		11.863.831	

(i) Créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios conforme Resolução CMN nº 4.966/21.

(ii) Valor apresentado na rubrica "Operações com características de concessão de crédito"

(b) Classificação por setor de atividade

|--|

	Banco		
	Crédito Pessoal	Carteira Comercial	Total
A vencer até 30 dias	2.000.677	1.228.229	3.228.906
A vencer de 31 a 60 dias	613.872	49.466	663.338
A vencer de 61 a 90 dias	485.799	167.548	653.347
A vencer de 91 a 180 dias	1.213.377	228.461	1.441.838
A vencer de 181 a 360 dias	1.754.230	298.807	2.053.037
A vencer após 360 dias	12.902.127	254.972	13.157.099
Total a vencer	18.970.082	2.227.483	21.197.565
Vencidas até 14 dias	31.113	302	31.415
Vencidas de 15 a 30 dias	68.248	2.236	70.484
Vencidas de 31 a 60 dias	67.740	1.197	68.937
Vencidas de 61 a 90 dias	60.715	60.544	121.259
Vencidas de 91 a 180 dias	200.464	7.595	208.059
Vencidas de 181 a 360 dias	225.764	2.812	228.576
Total vencidas	654.044	74.686	728.730
Total da carteira – 2025	19.624.126	2.302.169	21.926.295

(e) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e recuperação de créditos

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixadas a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo podem ser sumariados como seguem:

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Saldo no início do período	1.131.975	760.099
Efeito da adoção inicial da Resolução 4.966/21	1.261.311	579.263
Saldo em 01/01/2025	2.393.286	1.339.362
Constituição de provisão	1.559.265	990.748
(Reversão/baixa) de provisão	(2.335.901)	(1.036.841)
Saldo no fim do período	1.616.650	1.293.269
Créditos recuperados	(261.727)	(231.967)
Efeito no resultado (I)	1.297.538	758.781

(I) Refere-se ao valor líquido de constituição de provisão e créditos recuperados.

(f) Composição da carteira e provisão constituída para perdas associadas ao risco de crédito por estágios**i. Movimentação da carteira de crédito**

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	18.103.016	(328.258)	(405.998)	16.819	26.025	453.607	-	17.865.211
Op. De Crédito Atacado	1.862.905	(412)	(166)	1	17	421.116	-	2.283.461
Op. De Crédito Exterior	3.654.039	(120.262)	(169.340)	415	-	(2.529.158)	-	835.694
Total estágio 1	23.619.960	(448.932)	(575.504)	17.235	26.042	(1.654.435)	-	20.984.366

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	61.588	(16.819)	(34.353)	328.258	5.017	256.886	-	600.577
Op. De Crédito Atacado	69.682	(1)	(14)	412	7	(34.869)	-	35.217
Op. De Crédito Exterior	125.163	(415)	(11.107)	120.262	112	(46.899)	-	187.116
Total estágio 2	256.433	(17.235)	(45.474)	448.932	5.136	175.118	-	822.910

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	1.570.818	(26.025)	(5.017)	405.998	34.353	(160.589)	(795.049)	1.024.489
Op. De Crédito Atacado	162.297	(17)	(7)	166	14	60.980	(9.824)	213.609
Op. De Crédito Exterior	554.707	-	(112)	169.340	11.107	(323.097)	(264.158)	147.787
Total estágio 3	2.287.822	(26.042)	(5.136)	575.504	45.474	(422.706)	(1.069.031)	1.385.885

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	18.103.018	(328.258)	(405.998)	16.819	26.025	453.607	-	17.865.213
Op. De Crédito Atacado	1.862.905	(412)	(166)	1	17	190.997	-	2.053.342
Total estágio 1	19.965.923	(328.670)	(406.164)	16.820	26.042	644.604	-	19.918.555

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	61.588	(16.819)	(34.353)	328.258	5.017	256.886	-	600.577
Op. De Crédito Atacado	69.682	(1)	(14)	412	7	(34.869)	-	35.217
Total estágio 2	131.270	(16.820)	(34.367)	328.670	5.024	222.017	-	635.794

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	1.570.817	(26.025)	(5.017)	405.998	34.353	(160.589)	(795.050)	1.024.487
Op. De Crédito Atacado	162.297	(17)	(7)	166	14	60.980	(9.824)	213.609
Total estágio 3	1.733.114	(26.042)	(5.024)	406.164	34.367	(99.609)	(804.874)	1.238.096

ii. Movimentação da perda associada ao risco de crédito

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Consolidado
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(509.703)	53.607	250.959	(584)	(770)	(87.501)	-	(293.992)
Op. De Crédito Atacado	(12.221)	5	125	-	(1)	(25.636)	-	(37.728)
Op. De Crédito Exterior	(316.118)	76.509	98.114	(118)	-	84.840	-	(56.773)
Total estágio 1	(838.042)	130.121	349.198	(702)	(771)	(28.297)	-	(388.493)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(41.057)	584	23.416	(53.607)	(886)	(84.537)	-	(156.087)
Op. De Crédito Atacado	(15.536)	-	8	(5)	(1)	14.467	-	(1.067)
Op. De Crédito Exterior	(112.248)	118	1.646	(76.509)	(68)	66.239	-	(120.822)
Total estágio 2	(168.841)	702	25.070	(130.121)	(955)	(3.831)	-	(277.976)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(774.636)	770	886	(250.959)	(23.416)	(433.002)	795.048	(685.309)
Op. De Crédito Atacado	(45.328)	1	1	(125)	(8)	(83.513)	9.824	(119.148)
Op. De Crédito Exterior	(549.273)	-	68	(98.114)	(1.646)	239.083	264.158	(145.724)
Total estágio 3	(1.369.237)	771	955	(349.198)	(25.070)	(277.432)	1.069.030	(950.181)

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(434.027)	53.607	250.959	(584)	(770)	(163.175)	-	(293.990)
Op. De Crédito Atacado	(11.760)	5	125	-	(1)	(26.036)	-	(37.667)
Total estágio 1	(445.787)	53.612	251.084	(584)	(771)	(189.211)	-	(331.657)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(41.057)	584	23.416	(53.607)	(886)	(84.537)	-	(156.087)
Op. De Crédito Atacado	(15.536)	-	8	(5)	(1)	14.467	-	(1.067)
Total estágio 2	(56.593)	584	23.424	(53.612)	(887)	(70.070)	-	(157.154)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
								Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(774.636)	770	886	(250.959)	(23.416)	(433.005)	795.050	(685.310)
Op. De Crédito Atacado	(45.328)	1	1	(125)	(8)	(83.513)	9.824	(119.148)
Total estágio 3	(819.964)	771	887	(251.084)	(23.424)	(516.518)	804.874	(804.458)

iii. Resumo

Resumo da Carteira - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Consolidado
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	19.735.422	549.903	(795.049)	19.490.276
Op. De Crédito Atacado	2.094.885	447.228	(9.824)	2.532.289
Op. De Crédito Exterior	4.333.908	(2.899.154)	(264.158)	1.170.596
Subtotal de Operações de Crédito	26.164.215	(1.902.023)	(1.069.031)	23.193.161
Outros Ativos Arelados à Carteira de Crédito	-	133.850	-	133.850
Total	26.164.215	(1.768.173)	(1.069.031)	23.327.011

Resumo da Carteira - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Banco
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	19.735.422	549.903	(795.049)	19.490.276
Op. De Crédito Atacado	2.094.885	217.109	(9.825)	2.302.169
Subtotal de Operações de Crédito	21.830.307	767.012	(804.874)	21.792.445
Outros Ativos Arelados à Carteira de Crédito	-	133.850	-	133.850
Total	21.830.307	900.862	(804.874)	21.926.295

Resumo da provisão - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Consolidado
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(1.325.397)	(605.039)	795.048	(1.135.388)
Op. De Crédito Atacado	(73.084)	(94.682)	9.824	(157.942)
Op. De Crédito Exterior	(977.639)	390.161	264.158	(323.320)
Total	(2.376.120)	(309.560)	1.069.030	(1.616.650)

Resumo da provisão - Total dos 3 estágios	Saldo em 01/01/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Banco
				Saldo em 31/12/2025
Op. De Crédito Varejo	(1.249.720)	(680.717)	795.050	(1.135.387)
Op. De Crédito Atacado	(72.624)	(95.082)	9.824	(157.882)
Total	(1.322.344)	(775.799)	804.874	(1.293.269)

5.5. Outros créditos e relações interfinanceiras**(a) Outros créditos**

	Consolidado	Banco
	2025	2025
Ativos fiscais diferidos (i)	5.142.003	4.774.243
Ativos fiscais correntes (ii)	635.603	495.387
Carteira de câmbio (Nota 5.4 (a))	402.424	402.424
Devedores por depósitos em garantia (iii)	620.604	615.982
Devedores diversos – País	374.692	62.187
Valores a Repassar pelos órgãos públicos (iv)	451.528	451.528
Valores a receber sociedades ligadas		

8. Imobilizado de uso

					Consolidado				
	Taxa anual(%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Saldo Residual em 01/01/2025	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Movimentações Saldo Residual em 31/12/2025
Imóveis de uso		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Terrenos		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Outras imobilizações de uso		226.633	(161.720)	64.913	60.579	24.273	(4.916)	(15.850)	64.913
Instalações	10	121.903	(84.417)	37.486	28.388	16.447	(1.215)	(6.134)	37.486
Móveis e equipamentos de uso	10	29.085	(19.804)	9.281	7.868	5.441	(2.927)	(1.101)	9.281
Sistema de comunicação	10	3.953	(3.354)	599	867	86	(4)	(350)	599
Sistema de processamento de dados	20	64.678	(50.426)	14.252	20.808	879	(362)	(7.073)	14.252
Sistema de transporte	20	7.014	(3.719)	3.295	3.475	1.420	(408)	(1.192)	3.295
Direito de uso (i)	-	169.393	(120.869)	48.524	60.427	9.164	-	(21.067)	48.524
Total Imobilizado de uso		399.688	(282.589)	117.099	124.668	33.437	(4.916)	(36.917)	117.099

					Banco				
	Taxa anual(%)	Custo	(Depreciação acumulada)	Valor líquido	Saldo Residual em 01/01/2025	Aquisições	(Baixas)	(Despesa de Depreciação)	Movimentações Saldo Residual em 31/12/2025
Imóveis de uso		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Terrenos		3.662	-	3.662	3.662	-	-	-	3.662
Outras imobilizações de uso		205.419	(149.117)	56.302	53.716	16.973	(3.103)	(11.284)	56.302
Instalações	10	113.539	(82.083)	31.456	26.308	11.091	(304)	(5.639)	31.456
Móveis e equipamentos de uso	10	24.107	(19.470)	4.637	3.918	4.021	(2.383)	(919)	4.637
Sistema de comunicação	10	3.660	(1.728)	1.932	2.201	67	(1)	(335)	1.932
Sistema de processamento de dados	20	57.189	(42.207)	14.982	17.816	374	(7)	(3.201)	14.982
Sistema de transporte	20	6.924	(3.629)	3.295	3.473	1.420	(408)	(1.190)	3.295
Direito de uso (i)	-	169.393	(120.869)	48.524	60.427	9.164	-	(21.067)	48.524
Total Imobilizado de uso		378.474	(269.986)	108.488	117.805	26.137	(3.103)	(32.351)	108.488

(i) Refere-se a adoção da Resolução CMN nº 4.975/21 – Leasing.

9. Intangível

(a) Composição dos ativos intangíveis

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Intangíveis (i)	1.293.137		1.291.672	
(Amortização acumulada)	(585.576)		(585.576)	
Total	707.561		706.096	

(i) Referem-se a licenças de uso e outros intangíveis, amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

(b) Movimentação dos ativos intangíveis

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Saldo inicial	555.168		555.168	
Aquisição de ativos intangíveis	286.436		284.584	
(Amortizações de ativos intangíveis)	(134.043)		(133.656)	
Saldo final	707.561		706.096	

10. Passivos financeiros

10.1. Depósito e Captações no mercado aberto - carteira própria

(a) Depósitos interfinanceiros e a prazo

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Depósitos à vista	346.867		369.390	
Depósitos interfinanceiros				
Pós-fixados	93.231		1.105.892	
Depósitos a prazo				
Pré-fixados	9.060.375		9.060.375	
Pós-fixados (i)	12.890.318		13.239.194	
Total	22.390.791		23.774.851	
Circulante	9.383.307		10.545.469	
Não Circulante	13.007.484		13.229.382	

(i) Do montante R\$12.890.318 e R\$13.239.194 de Depósitos a prazo pós-fixados no Consolidado e Banco, respectivamente, R\$940.740 correspondem a captações efetuadas mediante a emissão de DFCF, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.785, de 23/03/2020.

(b) Vencimento de depósitos interfinanceiros e a prazo

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros:

	Consolidado		
	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a prazo (i)	Total
	2025	2025	2025
Até 30 dias	50.143	949.359	999.502
De 31 a 60 dias	-	376.820	376.820
De 61 a 90 dias	-	1.354.649	1.354.649
De 91 a 180 dias	7.425	2.416.711	2.424.136
De 181 a 360 dias	2.820	3.878.513	3.881.333
Após 360 dias	32.843	12.974.641	13.007.484
Total	93.231	21.950.693	22.043.924
Circulante	60.388	8.976.052	9.036.440
Não Circulante	32.843	12.974.641	13.007.484

(i) Do montante de R\$12.974.641 de Depósitos a prazo apresentados no vencimento "Após 360 dias", R\$10.177.106 vencem entre 1 e 3 anos, R\$2.608.941 entre 3 e 5 anos e R\$188.594 acima de 5 anos.

	Banco		
	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos a prazo	Total
	2025	2025	2025
Até 30 dias	50.143	1.061.974	1.112.117
De 31 a 60 dias	-	376.820	376.820
De 61 a 90 dias	-	1.354.649	1.354.649
De 91 a 180 dias	7.425	2.418.568	2.425.993
De 181 a 360 dias	1.015.480	3.891.020	4.906.500
Após 360 dias	32.844	13.196.538	13.229.382
Total	1.105.892	22.299.569	23.405.461
Circulante	1.073.048	9.103.031	10.176.079
Não Circulante	32.844	13.196.538	13.229.382

(c) Captações no mercado aberto - carteira própria

As captações no mercado aberto são compostas por R\$6.838.168 (2023 – R\$3.550.767) de títulos públicos e R\$92.982 (2023 – R\$26.712) de títulos privados no Consolidado e R\$6.838.168 (2023 – R\$3.550.767) de títulos públicos e R\$92.982 (2023 – R\$26.712) de títulos privados no Banco.

10.2. Recursos de aceites e emissão de títulos

(a) Obrigações por emissão de letras financeiras e de crédito

	Consolidado e Banco		
	2025	2025	2025
Letras financeiras (i)			3.467.900
Letras créditos agropecuários			31.582
Letras créditos imobiliários			5.514
Total			3.504.996
Circulante			1.068.729
Não Circulante			2.436.267

(i) Inclui a 6ª e 7ª emissão de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$300.000 cada uma, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 11 de junho de 2025 e em 02 de dezembro de 2025. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

(b) Vencimento

Seguem informações sobre os prazos relativos aos vencimentos dos recursos por aceites e emissão de títulos:

	Consolidado e Banco		
	2025	2025	2025
Letras financeiras e de crédito			
De 31 a 60 dias			6.516
De 61 a 90 dias			726
De 91 a 180 dias			393.173
De 181 a 360 dias			668.314
Após 360 dias			2.436.267
Total			3.504.996

10.3. Obrigações por empréstimos e repasses

	Consolidado e Banco		
	2025	2025	2025
Repasses País – Instituições Oficiais			236.058
Empréstimos no Exterior (i)			1.635.072
Empréstimos no País – Outras Instituições (ii)			572.369
Total			2.443.499
Circulante			2.365.352
Não Circulante			78.147

(i) Do total, o montante de R\$62.308 possui vencimento até 90 dias, e o restante entre 91 e 360 dias.

(ii) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

(a) Repasses no país – Instituições Oficiais

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasse junto ao Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ. Esses repasses apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado e Banco		
	2025	2025	2025
Até 30 dias			13.049
De 181 a 360 dias			144.862
Após 360 dias			78.147
Total			236.058
Circulante			157.911
Não Circulante			78.147

11. Provisões, obrigações fiscais e outras obrigações

(a) Provisão e obrigações fiscais

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Provisão para pagamentos a efetuar	235.056		226.170	
Provisão comissão a pagar cessão sem coobrigação	430.900		430.900	
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.824		6.824	
Provisão para causas judiciais (i)	1.144.755		1.095.397	
Provisões	1.817.535		1.759.291	
Correntes	175.967		62.792	
Diferidas (nota 19(c))	63.601		58.227	
Obrigações fiscais	239.568		121.019	
Total	2.057.103		1.880.310	
Circulante	841.923		719.862	
Não circulante	1.215.180		1.160.448	

(i) Os saldos de provisão para causas judiciais são relacionados a causas de natureza cível, trabalhista e fiscais. Vide Nota 12.

(b) Outras obrigações

	Consolidado		Banco	
	2025	2025	2025	2025
Sociais e estatutárias	246.863		195.463	
Outros impostos e contribuições a recolher	134.115		52.953	
Obrigações a pagar cartão	296.012		296.012	
Credores diversos	656.542		610.907	
Valores a repassar cessão	122		122	
Valores a pagar sociedades ligadas	2.754		436	
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão (i)	5.950.798		5.950.798	
Letras financeiras subordinadas (nota 11(c))	1.142.386		1.142.386	
Total	8.429.592		8.249.077	
Circulante	846.301		665.786	
Não circulante	7.583.291		7.583.291	

(i) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios. Vide Nota 5.4(c).

	Consolidado e Banco	
	2025	2025
Obrigações sobre operações vinculadas a cessão		
Até 30 dias		108.394
De 31 a 60 dias		67.082
De 61 a 90 dias		67.083
De 91 a 180 dias		267.906
De 181 a 360 dias		702.490
Após 360 dias		4.737.843
Total		5.950.798
Circulante		1.212.955
Não Circulante		4.737.843

(c) Letras financeiras subordinadas

Nome do papel	Data de Emissão	Data de Vencimento	Taxa de Juros a.a	Consolidado e Banco	
				2025	R\$
No País (i):					
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI		10.424
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI		24.212
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC		1.085
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	CDI + 3,9 a 4,7%		257.085
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	Pré + 14,2 a 14,5		13.637
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	Pré + 13,7 a 14,2%		37.947
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	Pré + 17,82%		224.378
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	Pré + 17,82%		224.287
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/33	CDI + 4,12%		216.943
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	128% do CDI		5.223
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	128% do CDI		1

13. Patrimônio líquido (Banco)**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.792.104, representado por 599.088.294 (quinhentos e noventa e nove milhões, oitenta e oito mil e duzentos e noventa e quatro) ações, das quais 382.836.779 (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentas e trinta e seis mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias e 216.251.515 (duzentos e dezesseis milhões, duzentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e quinze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de setembro de 2025, aprovou-se a homologação da totalidade do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do dia 15 de julho de 2025, após concluído o processo de subscrição particular de 15.855.883 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.140.581 novas ações ordinárias e 5.715.302 novas ações preferenciais sem direito a voto, ao preço de R\$3.124 por ação, totalizando R\$ 49.534. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 31 de outubro de 2025.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2025, o Conselho de Administração do Banco, deliberou a aprovação de um novo programa de recompra de ações, que passou a vigorar a partir de 27 de junho de 2025, autorizando a aquisição de até 12.961.497 ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,00% (dez por cento) das ações em circulação, reduzido do número atual de ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou realocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos e demais beneficiários do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Resolução CVM nº 77/22.

As operações de aquisições do novo programa serão efetuadas em bolsa de valores, no período entre 27 de junho de 2025 a 21 de dezembro de 2026, a valor de mercado.

Ações em tesouraria					
	Quantidade em 31/12/2024	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Outras saídas	Quantidade em 31/12/2025
Quantidade	2.750.309	2.469.300	(2.617.981)	(280)	2.601.348

	Quantidade de ações em circulação (I)		
	Ordinária	Preferencial	Total
Em 31/12/2024	26.868.119	130.704.109	157.572.228
Variação ações em tesouraria	-	148.961	148.961
Variação ações detidas por controladores e administradores	(10.160.447)	(4.637.321)	(14.797.768)
Emissão de novas ações	10.140.581	5.517.302	15.657.883
Em 31/12/2025	26.848.253	131.733.051	158.581.304

(I) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

b) Reservas**Reservas de lucros:**

• **Legal:** É constituída, ao final de cada semestre, à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

• **Estatutária:** É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Outros resultados abrangentes

No exercício de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$13.049, referentes a marcação a mercado de Instrumentos financeiros de R\$4.801 (efeito positivo) e apuração do ágio (efeito negativo) da compra de ações da BMG Seguradora S.A. de R\$ 17.850. O saldo em 31/12/2025 é negativo em R\$87.488 e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os Juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, facilita às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Conforme fato relevante divulgado em 27 de março de 2025, os Juros sobre o Capital Próprio referentes ao primeiro trimestre de 2025 totalizaram o montante R\$58.310, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação. O pagamento aos acionistas foi efetuado em 15 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2025, aprovou-se a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data e o aumento do capital social dentro do limite autorizado da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações escriturais, sem valor nominal, ordinárias e preferenciais ("Aumento de Capital").

Foi aprovado nesta data o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao 2º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 58,3 milhões, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 21 de agosto de 2025.

Em reunião realizada em 04 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 3º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 25 de novembro de 2025, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 11 de novembro de 2025.

Em reunião realizada em 27 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 4º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,12495 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 14 de janeiro de 2026, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 22 de dezembro de 2025. Dessa forma, a partir de 23 de dezembro de 2025, inclusive, as Ações do Banco passaram a ser negociadas "ex-direito".

e) Resultado líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas.

Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais. Conforme CPC 41, utilizamos o ajuste retrospectivo para cálculo do lucro líquido por ação em 31 de dezembro de 2025.

	Resultado líquido por ação	
	31/12/2025	
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	560.685	
Quantidade média ponderada de ações emitidas	586.182.446	
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,9565	

14. Receitas e despesas da intermediação financeira e operações de seguros

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

(a) Operações de crédito

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Crédito pessoal	3.772.431	7.596.115	3.525.326	6.940.693
Carteira comercial	118.349	278.417	105.665	247.126
Lucro na cessão de crédito (Nota 5.4 (c))	114.300	241.185	114.300	241.185
Comissões de agentes	(454.225)	(948.143)	(529.076)	(1.070.124)
Variação cambial	2.963	(329.105)	(2.135)	56.812
Total	3.553.818	6.838.469	3.214.080	6.415.692

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	90.753	339.332	90.753	339.332
Títulos e valores mobiliários	964.139	2.026.940	801.034	1.741.775
Aplicações no exterior	423	97.269	58.219	155.065
Total	1.055.315	2.463.541	950.006	2.236.172

(c) Despesas da intermediação financeira

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (i)	101.983	377.197	101.983	340.401
Operações de empréstimos e repasses	(144.297)	(218.599)	(153.407)	(227.709)
Variação cambial	51.231	(31.456)	57.482	(281.709)
Despesas de depósitos a prazo	(1.506.136)	(3.085.997)	(1.532.301)	(3.136.602)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(8.631)	(23.267)	(112.348)	(209.324)
Outras despesas de captação	(711.790)	(1.504.755)	(711.492)	(1.504.104)
Resultado com operações de crédito cedidas	(474.219)	(794.253)	(474.219)	(794.253)
Total	(2.691.859)	(5.281.130)	(2.824.302)	(5.813.300)

(i) Inclui instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção da variação cambial apresentado na nota 14(a).

(d) Operações de Seguros**(i) Ativos de Seguros:**

	Consolidado	
	2025	
Prêmios a receber	25.434	
Operações com seguradoras	19.662	
Custo de aquisição diferidos	41.053	
Total	86.149	
Circulante	78.909	
Não Circulante	7.240	

(ii) Passivos de Seguros:

	Consolidado	
	2025	
Débitos com Operações de Seguros	8.556	
Provisões Técnicas	150.722	
Total	159.278	
Circulante	8.556	
Não Circulante	150.722	

(iii) Resultado de Seguros:

	Consolidado	
	2º Semestre 2025	2025
Prêmios Ganhos	188.310	383.788
Outras Receitas e Despesas	(25.914)	(45.779)
Sinistros	(24.687)	(68.079)
Custos de Aquisição	(69.197)	(141.903)
Total	68.512	128.027

15. Receitas de prestação de serviços

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Varejo	73.611	143.561	65.475	123.136
Atacado	53.564	116.859	11.186	19.164
Total	127.175	260.420	76.661	142.300

16. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas**(a) Despesas de pessoal**

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Proventos e honorários	(146.011)	(266.760)	(112.175)	(211.201)
Encargos sociais	(52.917)	(109.714)	(47.501)	(100.387)
Treinamento	(1.224)	(2.901)	(980)	(2.314)
Benefícios	(45.878)	(87.573)	(39.843)	(77.817)
Total	(246.030)	(466.948)	(200.499)	(391.719)

(b) Outras despesas administrativas

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Água, energia e gás	(1.694)	(3.386)	(1.259)	(2.650)
Marketing	(12.010)	(36.587)	(10.290)	(32.701)
Aluguéis	(3.915)	(9.946)	(1.243)	(4.506)
Promocões e relações públicas	(136)	(13.634)	572	(12.401)
Comunicações	(13.291)	(28.723)	(12.752)	(27.835)
Manutenção e conservação de bens	(3.114)	(6.396)	(1.839)	(3.162)
Processamento de dados	(149.076)	(279.166)	(144.511)	(272.573)
Seguros	(5.528)	(11.130)	(5.061)	(10.261)
Serviços de terceiros	(66.732)	(131.327)	(65.318)	(129.064)
Serviço de vigilância	(4.003)	(7.655)	(3.946)	(7.576)
Serviços técnicos especializados	(174.571)	(326.922)	(170.736)	(317.785)
Materiais diversos	(2.089)	(4.046)	(1.451)	(2.870)
Serviços do sistema financeiro	(12.211)	(27.988)	(11.999)	(27.539)
Transportes	(2.111)	(3.672)	(1.951)	(3.384)
Viagens	(14.350)	(27.041)	(13.064)	(24.848)
Amortização e depreciação	(91.059)	(180.246)	(84.611)	(172.780)
Outras despesas administrativas	(62.809)	(114.785)	(49.109)	(92.165)
Total	(618.706)	(1.212.650)	(578.568)	(1.144.100)

17. Despesas tributárias

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
PIS e COFINS	(105.055)	(198.082)	(91.357)	(173.768)
ISS	(7.616)	(13.539)	(3.555)	(6.967)
Outros	(21.457)	(43.193)	(6.421)	(13.046)
Total	(134.128)	(254.814)	(101.333)	(193.781)

18. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Outras receitas operacionais				
Recuperação de encargos e despesas	10.640	12.977	10.090	10.360
Atualização monetária	19.037	47.392	18.606	39.234
Reversão de provisões operacionais (I)	255.496	449.059	247.647	435.728
Atualização de impostos a compensar	7.905	10.631	1.529	2.815
Outras	45.583	85.723	42.255	66.420
Total outras receitas operacionais	338.661	605.782	320.127	554.557

	Consolidado		Banco	
	2º Semestre 2025	2025	2º Semestre 2025	2025
Outras despesas operacionais				
Atualização monetária	(6.452)	(12.190)	(6.109)	(11.380)
Despesas de cobranças	(128)	(304)	(128)	(304)
Despesa de intervenção de repasse de recursos	(71.475)	(140.255)	(71.475)	(140.255)
Despesa de provisões operacionais (I)	(544.229)	(1.010.930)	(532.876)	(989.176)
Tarifas	(22.804)	(44.128)	(22.804)	(44.128)
Outras	(50.569)	(93.436)	(48.950)	(75.278)
Total outras despesas operacionais	(695.657)	(1.301.243)	(682.342)	(1.260.521)

Total outras receitas (despesas) operacionais (356.996) (695.461) (362.215) (705.964)

(I) Reversão e constituição de provisões de natureza cível, trabalhistas e fiscais.

19. Imposto de renda e contribuição social**(a) Ativos fiscais diferidos - créditos de imposto de renda e contribuição social**

	Consolidado				
	CS MP 2.158-35	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/ Base negativa	Ajuste Valor de Mercado no Patrimônio	Total
Saldo final em 31/12/2024	547	3.481.166	611.922	64.548	4.158.183
Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	-	570.829	-	-	570.829
Saldo final em 01/01/2025	547	4.051.995	611.922	64.548	4.729.012
Constituição	-	1.353.781	85.760	880.020	2.319.561
(Realização / Reversão)	-	(821.395)	(171.548)	(913.627)	(1.906.570)
Saldo final em 31/12/2025	547	4.584.381	526.134	30.941	5.142.003

	Consolidado			

(iii) Outras informações

De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.693/18, a partir de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, mediante o atendimento de condições e limites definidos pela citada resolução. Dessa forma, o Banco estabeleceu política para realização de operações de crédito com partes relacionadas, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em documento específico mantido à disposição do Banco Central do Brasil.

21. Estimativa do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:
 • Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
 • Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis;
 • Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercados observáveis.
 A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025.

	Consolidado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
2025				
ATIVO				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.880	22.880	22.880	-
Títulos e valores mobiliários	17.068.941	17.068.941	8.143.968	8.924.973
Instrumentos financeiros derivativos	54.342	54.342	-	54.342
Operações com características de concessão de crédito	22.143.729	23.807.294	-	23.807.294
PASSIVO				
Depósitos	22.390.791	23.242.592	-	23.242.592
Captações no mercado aberto - carteira própria	5.682.641	5.717.054	-	5.717.054
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.504.996	3.523.253	-	3.523.253
Obrigações por empréstimos e repasses	2.443.499	2.443.499	-	2.443.499
Instrumentos financeiros derivativos	83.758	83.758	-	83.758
Dívidas e letras financeiras subordinadas	1.142.386	1.142.386	-	1.142.386

	Banco			
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2
2025				
ATIVO				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	633.276	633.276	633.276	-
Títulos e valores mobiliários	14.299.176	14.299.176	7.881.397	6.417.779
Instrumentos financeiros derivativos	54.342	54.342	-	54.342
Operações com características de concessão de crédito	20.743.013	22.406.578	-	22.406.578
PASSIVO				
Depósitos	23.774.851	24.481.883	-	24.481.883
Captações no mercado aberto - carteira própria	5.682.641	5.717.054	-	5.717.054
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.504.996	3.523.253	-	3.523.253
Obrigações por empréstimos e repasses	2.443.499	2.443.499	-	2.443.499
Instrumentos financeiros derivativos	83.758	83.758	-	83.758
Dívidas e letras financeiras subordinadas	1.142.386	1.142.386	-	1.142.386

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

22. Outras informações

(a) Compromissos e Garantias

Os avais e fianças prestadas pelo Consolidado a clientes montam R\$351.378 e estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários. Com o advento da Resolução CMN 4.966/21, referente ao tratamento para garantias financeiras prestadas, o saldo de provisão de avais e fianças, teve impacto negativo no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R\$6.824.

(b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Com o objetivo de permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, cujos vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes, o Consolidado Bmg, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24/02/2005, firmou acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas.

(c) Informações suplementares

Não houve resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(d) Fatos relevantes

Em relação aos Fatos Relevantes divulgados em 29 de outubro de 2020 e 3 de novembro de 2020, referentes as operações “Macchiato”, e “Descarte”, em cumprimento à decisão da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, bem como a atuação da Receita Federal em relação à glosa de pagamentos realizados a determinados fornecedores, o Banco informa que não há atualizações e que não foram encontrados, no acervo informacional do Banco disponível à Investigação, nenhuma irregularidade que corrobore a ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro, de corrupção ou contra o Sistema Financeiro Nacional.

(e) Termo de Compromisso com o INSS

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 31 de outubro de 2025, o Banco Bmg S.A., em atendimento ao disposto na Resolução da CVM nº 44/21, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, visando a continuidade das operações de crédito consignado com o Instituto Nacional de Seguros Sociais (INSS), firmou Termo de Compromisso com o INSS. Esse Termo reforça o compromisso do Banco com a transparência, governança e aprimoramento contínuo da experiência do cliente, contemplando medidas voltadas à maior segurança e clareza nas contratações. Entre elas, destaca-se a ampliação do uso de formalização por videochamada – prática adotada pelo Banco nas operações de cartão consignado, e que agora passa a ser estendida a todas as operações de crédito consignado do INSS. As iniciativas refletem o propósito do Banco de fortalecer a relação institucional com o INSS, promovendo uma jornada de crédito ética, responsável e centrada no cliente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

(f) Evento subsequente

Em 21 de janeiro de 2026, o Banco Bmg S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, aprovou um aumento de capital privado no montante de até R\$214.000.
 O aumento de Capital será realizado dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social do Banco e contemplará a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 35.896.604 novas ações nominativas e sem valor nominal e, no máximo, 49.195.402 novas ações nominativas e sem valor nominal (“Ações”), ao preço de emissão de R\$4,35 por Ação.
 O preço de emissão por Ação foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas do Banco, com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração o preço médio de fechamento dos últimos 10 dias anteriores a 20 de janeiro de 2026 (inclusive), das ações de emissão do Banco e um deságio de 12,68%.
 Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das Ações no período de 30 de janeiro de 2026 (inclusive) a 02 de março 2026 (inclusive), na proporção de 8,251258595% (fator de subscrição) da posição acionária da mesma espécie que possuíam no capital do Banco no final do dia 29 de janeiro de 2026 (inclusive).
 O aumento de Capital se justifica pela intenção da administração de fortalecer a posição de capital do Banco com vistas à melhoria do índice de baseleia, em conformidade com os padrões exigidos pelo Banco Central do Brasil.
 No contexto do Aumento de Capital, os acionistas controladores pretendem exercer seu direito de subscrição, no montante de R\$156 milhões.

23. Gestão de Riscos

23.1 Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital e Análise de Sensibilidade

Para o Conglomerado Prudencial do Bmg, a gestão de riscos e capital é essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, bem como para garantir a preservação da integridade e a independência dos processos. Desta forma, o Conglomerado Prudencial do Bmg tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Neste contexto, o Conglomerado Prudencial do Bmg gerencia seus riscos - de capital, de liquidez, de mercado, de crédito, operacional e social, ambiental e climático - com ações específicas para cada um, descritas de forma resumida abaixo. Os demais riscos de Pilar II, tais como os riscos de imagem, de estratégia e socioambientais, são também monitorados pela Diretoria de Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital. O documento que detalha a estrutura e diretrizes estabelecidas no gerenciamento dos riscos, juntamente com o Relatório de Pilar 3, podem ser visualizados no site (<http://www.bancombg.com.br/ri/>), na seção de Governança Corporativa, Gestão de Riscos.

23.1.1 Gerenciamento de Capital

O Banco optou pela constituição de estrutura de gerenciamento de capital centralizada para o Conglomerado Prudencial do Bmg, nomeando um diretor responsável para toda a estrutura.

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital é o principal responsável por promover discussões acerca do gerenciamento de capital. O comitê é conduzido pela Diretoria de Finanças, Riscos e Compliance com o objetivo de apresentar ao Conselho de Administração e demais Diretorias o Índice de Basileia atual, bem como as projeções para os próximos três anos.

Dentre as principais atividades do Comitê, destacamos:

- Promover discussões e decisões sobre temas relacionados às Políticas, procedimentos, metodologias e processos relacionados ao gerenciamento de capital e ao Plano de Capital, conforme estabelecidos em Política;
- Validar a Política de Gerenciamento de Capital e o Plano de Capital da Organização e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração;
- Submeter à Diretoria e ao Conselho de Administração deliberações do comitê que afetem a Política e o Plano de Capital;
- Acompanhar a efetividade do processo de gerenciamento de capital no âmbito da Organização, inclusive os possíveis impactos no capital, oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro;
- Reportar ao Conselho de Administração as variações significativas nas projeções financeiras e na necessidade futura de capital, bem como possíveis alterações relevantes em relação às estratégias adotadas, o montante de capital a ser alocado e os efeitos de testes de estresse no âmbito da Organização;
- Posicionar regularmente o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê.

A Superintendência de Finanças, é a unidade responsável pelo gerenciamento do capital do Conglomerado Prudencial do Bmg, assim como pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras integrantes do consolidado econômico-financeiro.

Os dados quantitativos referentes aos requerimentos de capital regulatórios bem como o cumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, podem ser visualizados na “Nota 3 - Exigibilidade de capital e limites de imobilização”.

23.2 Risco de Crédito

A estratégia de atuação do Banco é de foco no segmento Varejo, oferecendo soluções de crédito eficientes para diferentes perfis de clientes. Assim, os principais produtos de crédito são: Empréstimo Consignado, Cartão de Crédito Consignado, Crédito na Conta (crédito pessoal com débito em conta) e Bmg Empresas, sendo mantida aberta a possibilidade de desenvolvimento de outros produtos com potencial de crescimento e rentabilidade. Com a consolidação do Bmg como banco digital, a carteira de cartão de crédito não consignado tem tido crescimento relevante.

As políticas de crédito específicas de cada produto são estabelecidas com base em fatores internos e externos, levando em conta o ambiente econômico e o perfil de apetite a riscos da instituição.

Deslacam-se, dentre os fatores internos: a qualidade da carteira, margens, objetivos e metas da empresa; fatores externos: variação da capacidade de pagamento dos clientes devido a uma desaceleração econômica, inflação, desemprego, crises, entre outros. O processo de concessão de crédito baseia-se em uma avaliação do risco x retorno da operação, no estabelecimento de limites aos clientes de acordo com seu grau de exposição ao risco e verificação dos dados cadastrais informados. Como parte da avaliação, podem ser consultados bureaus de crédito para auxílio na decisão e na classificação de risco do cliente.

O monitoramento das políticas de crédito é feito através de relatórios de performance periódicos que, apresentando variações (melhora ou piora de performance), apontam eventual necessidade de revisão, adequando-se à nova dinâmica.

23.3 Risco de Mercado

Os acionistas e administradores do Conglomerado Prudencial do Bmg entendem que a gestão de risco de mercado, aliada a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garante que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco. Considera, ainda, que todos os níveis hierárquicos da instituição têm papéis e responsabilidades em relação à gestão do risco em suas atividades, para a eficácia dos controles.

A área de gerenciamento de risco de mercado utiliza práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento diário dos limites definidos, das sensibilidade e estresses às oscilações da exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias (commodities), prevenindo, inclusive, os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

O Conglomerado Prudencial Bmg é conservador quanto à exposição a risco de mercado, estabelecendo limites para o posicionamento em determinados mercados e produtos, e limitando as perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, com o acompanhamento diário destes limites que é efetuado por área independente à do gestor das posições. A área de gerenciamento de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais de controle das posições, além de reporte e apresentações periódicas à Alta Administração.

Os resultados da mensuração, envolvendo situações de normalidade e de estresse, e a realização dos testes de aderência, além da verificação do cumprimento dos limites estabelecidos, são divulgados através da Carta Mensal de Risco de Mercado à toda Diretoria Executiva e ao Comitê de Ativos e Passivos.

23.4 Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo manter sistemas de controle estruturados em consonância com os perfis operacionais da instituição, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiros e de capitais, de forma a evidenciar e mitigar o risco de liquidez decorrente das atividades desenvolvidas.

Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Consolidado do Bmg preocupa-se com o gerenciamento do risco de liquidez, delegando a missão de monitoramento a profissionais devidamente qualificados com conhecimentos necessários para um efetivo controle e que atenda as exigências de órgãos reguladores, aliados aos princípios estabelecidos pelo acordo de Basileia.

O gerenciamento do risco de liquidez deverá assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da instituição estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos deverão ser revisados de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

23.5 Risco Operacional

O Conglomerado Prudencial do Bmg considera a gestão do risco operacional um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócios, provendo o adequado entendimento dos riscos associados aos seus negócios, de forma que eventos que possam interferir adversamente o alcance dos objetivos sejam identificados e tratados.

Considera, ainda, que a responsabilidade pela gestão dos riscos deve ser exercida por todos os colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, que devem expressar preocupações quanto identificadas falhas de controles ou violações nas regras definidas pelo Conglomerado Prudencial do Bmg. A estratégia caracteriza-se pelo monitoramento de todos os riscos conhecidos e potenciais da instituição e das empresas prestadoras de serviços, visando à implementação de controles adequados, considerando o custo / benefício de cada item avaliado.

Os eventos de risco que se materializarem e tiverem impacto, financeiro, de imagem ou regulatório deverão ser controlados, de forma a identificar e tratar a causa raiz a fim de evitar recorrências. Esses eventos serão reportados de acordo com o impacto e criticidade à alta administração do Banco Bmg.

23.6 Risco Social, Ambiental & Climático

Os riscos social, ambiental e climático são definidos como a possibilidade de perdas financeiras ou de imagem à Instituição causadas por eventos associados a violações de direitos e garantias fundamentais ou de interesse comum (social), à degradação do meio ambiente e ao uso excessivo de recursos naturais (ambiental), à transição para uma economia de baixo carbono (climático de transição) e a alterações em padrões climáticos (climático físico).

O gerenciamento desses riscos é uma das diretrizes que contribuem para o cumprimento dos princípios de responsabilidade de natureza social, ambiental e climática orientadores dos negócios do grupo, conforme estabelecido na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAO). As práticas de gestão buscam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático à que o Bmg está exposto em operações, atividades, negócios, produtos, investimentos e relacionamento com partes interessadas.

Essas ações são detalhadas na Norma de Risco Social, Ambiental e Climático (NRSAC), seguindo as orientações previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017 e em demais normas relacionadas ao tema. Entre os processos descritos no documento, estão as análises de risco social, ambiental e climático realizadas no onboarding e na concessão de limite de crédito.

Todos os clientes do segmento varejo e atacado, bem como fornecedores e outras partes interessadas, que passam pelo processo de onboarding são submetidas à análise RSAC padrão, com foco na identificação de apontamentos de natureza social, ambiental e climático.

No processo de concessão de crédito, considerando os princípios de relevância e proporcionalidade, clientes do segmento de atacado de setores classificados como críticos e restritos passam também por uma análise RSAC detalhada, com atribuição de rating de risco social, ambiental e climático ao cliente avaliado segundo metodologia interna.

A evolução do tema na instituição e os indicadores gerenciais de risco social, ambiental e climático, são reportados bimestralmente ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC).

23.7 Análise de Sensibilidade

(a) Ativos e passivos

Em cumprimento ao disposto no art. 35 da Resolução BCB nº 2/20, o Banco realizou análise de sensibilidade através da aplicação do “Programa de Testes de Estresse” conforme definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um os cenários elencados abaixo:

- **Otimista:** consideramos uma melhoria de produtividade de 10%, elevação da qualidade do crédito em 10% (perda esperada menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 1:** consideramos uma piora de produtividade de 10%, piora da qualidade do crédito em 10% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%.
- **Pessimista 2:** consideramos uma piora de produtividade de 20%, piora da qualidade do crédito em 20% (perda esperada maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.
- **Pessimista 3:** simulação de estresse reverso onde estressamos as principais variáveis até o ponto de zerar o Lucro Líquido do Banco.

	Consolidado			
	Efeito bruto no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	164.983	(164.983)	(329.967)	(494.950)
Qualidade de crédito (PCLD)	129.754	(129.754)	(259.508)	(389.261)
Taxas de captação	60.260	(60.260)	(120.520)	(180.780)
Provisões para contingências	52.884	(52.884)	(105.767)	(158.652)
Banco				
	Efeito líquido no resultado			
	Otimista	Pessimista 1	Pessimista 2	Pessimista 3
Produtividade	90.741	(90.741)	(181.482)	(272.222)
Qualidade de crédito (PCLD)	71.365	(71.365)	(142.729)	(214.095)
Taxas de captação	33.143	(33.143)	(66.286)	(99.429)
Provisões para contingências	29.086	(29.086)	(58.172)	(87.258)

(b) Risco de mercado

Em atendimento aos requerimentos da CVM o Banco Bmg realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira banking consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais hedges. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como banking.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo.

Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Fatores de Riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	274	684	1.369
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(86.228)	(215.571)	(431.142)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	6.826	17.066	34.131
IPCA/IGPM	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.778	49.444	98.888
TR	Exposições sujeitas à variação da Taxa Referencial	(9.685)	(24.214)	(48.427)
Total		(69.035)	(172.591)	(345.181)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como valor justo por meio dos outros resultados abrangentes e os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;

Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;

Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.

Premissas para os fatores de riscos			
	Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
	1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	Aumento de 10%
	2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	Aumento de 25%
	3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	Aumento de 50%

• O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

• O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

• O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)
Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)
Emerson Jezúlio Teodoro Silvestre
CRC - ISP183479/0-1
(Contador Responsável)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Diretores

Carlos Andre Hermesindo da Silva
Flávio Pentagna Guimarães Neto

Aos Administradores e Acionistas Banco Bmg S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bmg S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

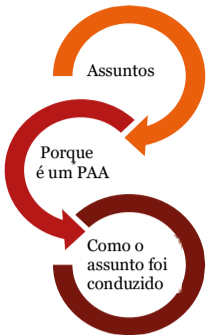
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução no 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 2.3(d) e 5)</p> <p>A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução no 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução no 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução no 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução no 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, segmento e cenários econômicos. Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Em relação a implementação da Resolução no 4.966 do CMN, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos novos modelos de provisão para perdas. Realizamos entendimento sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegotiadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas. Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito.</p> <p>Para a estimativa de perda calculada considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de validação e aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.</p> <p>Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução no 4.966 do CMN. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base na Resolução no 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Reconhecimento do crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 2.3(i), 5.5(a) e 19)</p> <p>O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração que foram aplicadas nas projeções para os próximos 10 anos. Esse assunto é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos do Banco Central do Brasil relativos ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis e requisitos específicos do Banco Central do Brasil.</p> <p>Em conjunto com nossos especialistas, efetuamos análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas.</p> <p>Ouvimos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores.</p> <p>Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas. Constatamos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.</p>
<p>Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.3(n) e 12)</p> <p>O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhista, cível e tributária.</p> <p>Atendemos milhares de clientes em todo o território nacional com portfólio diversificado composto por crédito consignado — com foco em clientes acima de 50 anos das classes C e D —, crédito pessoal, seguros, assistências e soluções para investidores. Atuamos de forma complementar por meio de canais físicos e digitais, integrando tecnologia, conveniência e empatia no relacionamento. Nossas principais verticais são Varejo, Atacado e Seguros, com estratégia sustentada na ampliação de rentabilidade, digitalização dos processos e fortalecimento da relação com clientes, colaboradores, acionistas e sociedade.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro da provisão para processos judiciais, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados.</p> <p>Efetuamos também procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto ao andamento dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases do Banco e suas controladas e dos advogados.</p> <p>Analisamos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas tributárias significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Esse assunto é uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.</p>	<p>Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.</p>
<p>Ambiente de Tecnologia de Informação</p> <p>A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas. O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco e suas controladas requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações.</p> <p>Dessa forma, a não adequação da tecnologia da informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como, incidentes operacionais.</p> <p>Considerando os aspectos acima, o ambiente de tecnologia da informação é uma área de foco de nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento quanto ao ambiente de Tecnologia de Informação e realizamos testes nos controles gerais correspondentes que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas. Adicionalmente, testamos o desenho dos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco e suas controladas. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP241313/O-3



Mais próximo, mais digital e mais rentável

BMGB B3 LISTED NI | www.bancobmg.com.br/ri

CNPJ: 61.186.680/0001-74

Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Bmg S.A. e de suas Controladas ("Banco"), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), apresenta as Demonstrações Financeiras em IFRS do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

Banco Bmg

Ao longo de quase um século de atuação, o Banco Bmg mantém como diretriz central a proximidade com seus clientes, oferecendo soluções financeiras adequadas às suas necessidades, combinando tecnologia, eficiência operacional e atendimento humanizado. Essa abordagem sustentou a construção de relações de confiança e fortaleceu nossa presença no mercado de crédito e serviços financeiros.

A carteira total consolidada de operações de crédito encerrou em 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 32.339 milhões, redução de 11,5% em comparação ao mesmo período de 2024. No trimestre, a redução da carteira ocorreu, em especial, por conta da redução da carteira de consignado nos Estados Unidos (ativo não estratégico). O Banco vem trabalhando na mudança de mix dos ativos aumentando exposição aos consignados, crédito pessoal e consignado privado.

A captação total consolidada encerrou 31 de dezembro de 2025 com saldo de R\$ 32.348 milhões, representando um aumento de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A principal fonte de captação, os depósitos, representa 68,5% do *funding*. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor corrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em outubro de 2025 o Banco concluiu a captação de R\$ 300 milhões na sua 7ª emissão pública de Letras Financeiras.

Princípios ASG

No Banco Bmg, a sustentabilidade dos nossos negócios está ligada à agenda ASG: nossa responsabilidade com o meio Ambiente, a geração de impacto social positivo e uma Governança ética e transparente. E assim que fortalecemos nossos resultados e geramos valor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e para sociedade em geral. Isso também reflete a nossa essência: entregar soluções financeiras para as pessoas viverem bem na maturidade, com foco no público 50+.

Também somos uma das empresas mantenedoras do Instituto Marina e Flávio Guimarães (IMFG), que centraliza as ações sociais do Grupo Bmg. Fundado para impulsionar transformações sociais, o IMFG promove o desenvolvimento humano e o fortalecimento das comunidades onde atua. O Bmg é signatário de movimentos importantes como Pacto Global da ONU, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, Women on Board (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTBI+, OUTstand Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos.

Além disso, em abril/25 conquistou o selo Age Friendly, uma certificação internacional concedida a empresas que demonstram compromisso com a inclusão e valorização de profissionais com 50 anos ou mais.

Como parte dos pilares estratégicos da área de ASG, lançamos o programa "Você no Controle", voltado para colaboradores e clientes, com foco em letramento e educação financeira. A iniciativa inclui benefícios exclusivos e acesso gratuito à plataforma Meu Bolso em Dia, que oferece diagnóstico financeiro e trilhas personalizadas de aprendizado.

Saiba mais sobre nossas iniciativas ASG no nosso Relatório Anual de Sustentabilidade e no site: <https://www.bancobmg.com.br/compromisso-ASG/>.

Governança Corporativa

O Banco possui uma estrutura robusta de governança corporativa. Além das obrigações estabelecidas no Nível 1 de governança corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco adotou por boas práticas algumas das obrigações estabelecidas no Novo Mercado: (i) o direito de *tag along* de 100%, garantindo a todos os acionistas o mesmo preço e condições oferecidas ao acionista controlador em caso de venda de controle; (ii) divulgação simultânea em português e inglês de resultados e fatos relevantes; e (iii) Conselho de Administração composto por 2 ou 20% (o que for maior) de Conselheiros Independentes, sendo que atualmente 44% é composto por membros independentes, incluindo a presidente. Ainda, o Banco conta com: (i) Comitê de Auditoria composto por um membro independente, (ii) com outros 5 comitês subordinados diretamente ao Conselho de Administração, todos com a presença de membros independentes; e (iii) Conselho Fiscal permanente aprovado em Assembleia.

Para maiores informações sobre governança corporativa acesse: www.bancobmg.com.br/ri.

Disposições sobre a Política de Equidade da Lei 15.177/25

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, o Banco passará a divulgar o número total e percentual de mulheres, bem como o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico. Considerando que os valores da remuneração variável referentes ao exercício de 2025 (primeiro período-base de reporte) ainda não estão disponíveis, o reporte completo do Relatório da Administração com as informações exigidas pela lei será incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária previsto para ser divulgado em 24 de março de 2026.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Bmg não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa.

Gestão de Capital

A avaliação da suficiência de capital é realizada de forma contínua para assegurar que o Banco mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. Considera ainda uma visão prospectiva, pois se antecipa a possíveis mudanças nas condições de mercado.

Agradecimentos

Todas essas realizações refletem o firme propósito dos Acionistas e da Administração na busca contínua para superar expectativas e oferecer sempre um serviço de alta qualidade aos seus clientes e um ambiente saudável aos seus colaboradores.

São avanços que se concretizam graças ao apoio e à confiança dos nossos clientes e ao trabalho dedicado do quadro de colaboradores e, parceiros/correspondentes.

A todos eles, nossos agradecimentos.

À ADMINISTRAÇÃO
São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024			
Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2025	2024
Disponibilidades	5	517.839	155.772
Ativos Financeiros		40.102.528	41.095.187
Ao Custo Amortizado		27.839.759	34.285.835
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	873.776	1.355.174
Aplicações no mercado aberto	5	50.174	1.549.131
Aplicação em depósitos interfinanceiros	6	22.880	200.046
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.372.250	6.415.522
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	6	90	7.041
Operações de crédito	6/8	23.338.852	26.368.902
Provisão para perdas esperadas (<i>Impairment</i>)	6/8	(1.660.537)	(2.415.819)
Devedores diversos	6/8	842.274	805.838
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		8.148.634	5.724.801
Títulos e Valores Mobiliários	6	8.148.634	5.724.801
Ao Valor Justo por meio do Resultado		4.114.135	1.084.551
Instrumentos financeiros derivativos	6/7	54.342	302.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	4.059.793	782.269
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4.10	167.906	156.969
Imobilizado	9	66.877	63.367
Intangível	10	1.784.336	1.636.603
Ativos Fiscais		4.697.527	4.131.983
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		253.924	96.231
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	20	4.063.761	3.617.023
Outros impostos e contribuições a recuperar	20	379.842	418.729
Depósitos judiciais	19	620.552	555.418
Investimentos mantidos para venda	4.10	-	94.000
Ativos não correntes destinados à venda		24.217	11.923
Outros ativos	11	552.345	536.569
Total do ativo		48.534.827	48.437.791
Passivo e patrimônio líquido			
Passivos financeiros		41.612.925	42.032.607
Ao custo amortizado		41.529.167	41.829.329
Depósitos de clientes	15	22.535.038	25.009.524
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros	13	12.109	23.851
Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.443.499	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	16	8.365.732	5.855.399
Dívidas subordinadas	17	1.142.386	1.072.393
Operações compromissadas	12	5.682.641	6.931.150
Outros passivos financeiros	18	1.347.762	1.005.054
Ao Valor Justo por meio do Resultado		83.758	203.278
Instrumentos financeiros derivativos	7/12	83.758	203.278
Provisões	19	1.144.229	1.023.670
Obrigações Fiscais		299.906	347.394
Imposto de renda e contribuição social a recolher		174.021	243.774
Outros impostos e contribuições a recolher		125.885	103.620
Outros passivos	21	835.448	627.527
Total do passivo		43.892.508	44.031.198
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas a controladora		4.635.227	4.354.800
Capital social	22(a)	3.792.105	3.742.572
Reservas de capital		20.923	14.070
Outros resultados abrangentes acumulados	22(b)	306.668	338.624
Reservas de lucros	22(c)	958.967	723.129
Prejuízos acumulados		(433.713)	(452.494)
Ações em tesouraria		(9.723)	(11.101)
Participação dos não controladores		7.092	51.793
Total do patrimônio líquido		4.642.319	4.406.593
Total do passivo e patrimônio líquido		48.534.827	48.437.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

...continuação

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Receita de juros e rendimentos similares	24(a)	8.733.913	8.743.116
Despesa de juros e rendimentos similares	24(a)	(6.114.060)	(4.029.407)
Receita líquida de juros		2.619.853	4.713.709
Receita de prestação de serviços	25	150.734	173.042
Resultado de participação em coligadas		83.055	68.295
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	24(b)	575.699	(1.222.261)
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	8 (e)	(1.530.480)	(1.885.183)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8	227.568	180.602
Despesas gerais e administrativas	24(c)	(1.803.939)	(1.696.198)
Despesas tributárias	24(d)	(244.230)	(194.117)
Outras receitas (despesas) operacionais	24(e)	280.203	(88.575)
Outras resultados não operacionais	28(e)	10.385	72.607
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		368.848	121.921
Imposto de renda e contribuição social corrente	20(b)	(234.428)	(400.112)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20(b)	452.884	557.540
Lucro líquido do período		587.304	279.349
Atribuível a:			
Controladora do banco		579.466	252.860
Participação de não-controladores		7.838	26.489
Lucro básico e diluído por ação (Em R\$)	23	0,9885	0,4342

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Nota	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Lucro líquido do período		587.304	279.349
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Variação no valor justo por meio de outros resultados abrangentes - TVM		109.340	86.609
Imposto e contribuições diferidos sobre outros resultados abrangentes - TVM		(51.903)	(40.326)
Hedge de fluxo de caixa		(124.967)	229.697
Imposto e contribuições diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		72.331	(109.985)
Goodwill de aquisição da BMG Seguradora	4.10	(17.850)	
Efeito da alienação da BMG Seguros	28(e)	(26.448)	
Outros resultados abrangentes		7.541	
Variação em outros resultados abrangentes do período	22(b)	(31.956)	165.995
Total do resultado abrangente do período		555.348	445.344
Atribuível a:			
Controladora do banco		547.510	418.855
Participação dos não controladores		7.838	26.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período atribuível aos controladores	579.466	252.860
Ajuste ao lucro líquido atribuível aos controladores		
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações	(6.853)	
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	1.530.480	1.885.183
Resultado de participações em coligadas e controladas	(83.053)	(92.446)
Depreciações	36.976	26.323
Amortizações	133.770	148.029
Efeitos das mudanças das taxas de Câmbio em ativos e passivos	(17.847)	990.528
Provisões para contingências	120.554	150.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(452.884)	(557.540)
Lucro Líquido Ajustado	1.840.609	2.803.140
Variação de ativos e passivos	(2.865.981)	(1.815.256)
(Aumento) / redução em ativos		
Depósitos compulsórios no Banco Central	481.398	463.277
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(3.277.524)	169.489
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.463.330)	(2.260.690)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3.047.089	(4.570.056)
Impostos e contribuições a recuperar	(118.806)	39.688
Impostos e contribuições diferidos	6.146	181.196
Ativos não correntes destinados à venda	(167.421)	(4.985)
Outros ativos	(92.690)	424.006
Depósitos judiciais	(65.134)	(81.760)
Aumento / (redução) em passivos		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	128.419	(166.933)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(900.166)	4.956.869
Imposto de renda e contribuição social corrente	158.918	253.073
Outros passivos / provisões	397.120	(1.218.430)
Caixa gerado (aplicado) nas operações	(1.025.372)	987.884
Imposto de renda e contribuição social pagos	(206.406)	(150.999)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1.231.778)	836.885
Fluxos de caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(22.119)	(26.519)
Alienação de imobilizado de uso	2.890	1.429
Compra de participação acionária	(65.000)	
Venda de participação acionária	92.388	
Aquisição de intangível	(282.103)	(246.571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(273.944)	(271.661)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(236.000)	(349.519)
Aumento de capital	49.532	
Emissão de Letras Financeiras	600.000	600.000
Variação da participação de acionistas não controladores	(44.701)	14.544
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	368.831	265.025
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.136.891)	830.249
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (nota 5)	1.704.904	874.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (nota 5)	568.013	1.704.903
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.136.891)	830.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.742.572	25.242	488.317	172.629		(285.397)	4.143.010	37.249	4.180.259
Lucro líquido do período						252.860	252.860	26.489	279.349
Outros resultados abrangentes				165.995			165.995		165.995
Total resultado abrangente do período				165.995		252.860	418.855	26.489	445.344
Movimentação da participação dos não controladores								(11.945)	(11.945)
Ganho de capital			(192)				(192)		(192)
Ações em Tesouraria			(52)		(10.748)		(10.800)		(10.800)
Utilização de reservas		(11.172)	30.382				19.210		19.210
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			419.957			(419.957)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(215.283)				(215.283)		(215.283)
Total das transações com acionistas		(11.172)	234.812		(10.748)	(419.957)	(207.065)	(11.945)	(219.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.742.572	14.070	723.129	338.624	(11.101)	(452.494)	4.354.800	51.793	4.406.593
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.742.572	14.070	723.129	338.624	(11.101)	(452.494)	4.354.800	51.793	4.406.593
Lucro líquido do período						579.466	579.466	7.838	587.304
Outros resultados abrangentes				(31.956)			(31.956)		(31.956)
Total resultado abrangente do período				(31.956)		579.466	547.510	7.838	555.348
Aumento de capital	49.533						49.533		49.533
Movimentação da participação dos não controladores								(52.539)	(52.539)
Reconhecimento de planos de pagamento baseado em ações		6.853	(1.228)		1.378		7.003		7.003
Destinação do lucro líquido do período									
Constituição de reservas			560.685			(560.685)			
Juros sobre capital próprio (nota 22(d))			(323.619)				(323.619)		(323.619)
Total das transações com acionistas	49.533	6.853	235.838		1.378	(560.685)	(267.083)	(52.539)	(319.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.792.105	20.923	958.967	306.668	(9.723)	(433.713)	4.635.227	7.092	4.642.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais
O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Consolidado") está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo julgados adequados pela administração das instituições.

O Grupo é formado pelas controladas: BMG Leasing S.A., BMG Bank Cayman Ltd., Banco Soluções Financeiras S.A., Banco BMG Consignado S.A., BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e sua controlada ME Promotora de Vendas Ltda., BMG Soluções Eletrônicas Ltda., Help Franchising Participações Ltda., Bmg Estrutura Corporativa Ltda., BMG Seguridade, BMG Participações em Seguradoras LTDA., BMG Seguradora S.A., Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados, Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II, Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios, Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes, Retail Fundo De Investimento, R&C Franchising Intermediações Ltda. e Rara Intermediação de Negócios Ltda. Em Participações Multiestratégia e Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. Informações detalhadas sobre as controladas encontram-se descritas na nota de consolidação.

Conforme AGE realizada em 03 de junho de 2024, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Companhia BCV – Banco de Crédito e Varejos S.A. para Banco BMG Consignado S.A. Conforme AGE realizada em 07 de fevereiro de 2025, aprovado pelo Banco Central do Brasil, comunicamos alteração na denominação social da Banco Cifra S.A. para Banco BMG Soluções Financeiras S.A.

O Banco Bmg S.A. ("Banco" ou "Instituição"), constituído sob a forma de Companhia Aberta, controlado pela Família Pentagna Guimarães, está situado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, São Paulo/SP, Brasil. Em dezembro de 2018, o Banco obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de companhia aberta.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco em 26/02/2026.

2. Resumo das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas
As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação
Estas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. e suas controladas foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que requer a elaboração de demonstrações consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards, incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco observa ainda, para divulgações em períodos intermediários, a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Para fins de divulgação dessas Demonstrações financeiras, o Grupo observa o disposto na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentando o balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo, como requerido pelo IFRS 9, em função do modelo de negócio.

A preparação de Demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus recursos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As empresas consolidadas e as suas participações estão demonstradas a seguir:

Controladas	Pais de constituição	Atividade	2025	2024	Participação em %
BMG Leasing S.A.	Brasil	Arrendamento Mercantil	99,99	99,99	
BMG Bank Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Banco	100	100	
Banco BMG Consignado S.A.	Brasil	Banco	100	100	
Banco BMG Soluções Financeiras S.A.	Brasil	Banco	100	100	
BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Distribuidora de valores mobiliários	100	100	
R&C Franchising Intermediações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100		
Rara Intermediação de Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	100		
ME Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	80	80	
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	Brasil	Comércio eletrônico	99,38	99,38	
Help Franchising Participações Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,98	99,98	
BMG Estrutura Corporativa Ltda. (*)	Brasil	Holding	99,99	97,69	
BMG Seguridade	Brasil	Seguros	100	100	
BMG Participações em Seguradoras LTDA.	Brasil	Holding	100	100	
BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	100	60	
CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	Brasil	Intermediação de negócios	99,99	99,99	
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios			2025	2024	
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados			100	100	
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartões Consignados II			100	100	
Bmg Middle Market Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios			100	100	
Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros			100	100	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Esportes				100	
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			2025	2024	
Retail Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia			100	100	
Romeu Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado			100	100	

(*) Em 19/09/2025 foi alterada a razão social da BMG Participações em Negócios Ltda. para BMG Estrutura Corporativa Ltda. Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado (vide nota 4.10).

Transações, saldos e ganhos não realizados entre as instituições integrantes do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas Demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas. Na rubrica "Receitas de juros e rendimentos similares", na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de operações de crédito cedidas e o custo do financiamento na rubrica "Despesas de juros e encargos similares".

Transações com participações de não controladores
O Grupo trata as transações com participações de não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes".

2.3 Apresentação de informação por segmentos
De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade que atua em atividades de negócios das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados sejam regularmente avaliados pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade e em relação ao qual estão disponíveis informações financeiras distintas.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo.

2.7 Ativos e passivos financeiros**2.7.1 Reconhecimento e mensuração****(a) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros**

O Grupo aplica o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Custo Amortizado;

(ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;

(iii) Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependerá do modelo de negócios nas quais são administrados e das características dos fluxos de caixa - SPPI Test (*Solely Payment of Principal and Interest Test*).

O modelo de negócios refere-se a como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam do reconhecimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos ou ambos. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

A avaliação dos modelos de negócios considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas, os ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como o valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test).

Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos Similares.

Em junho de 2022 o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" para "custo amortizado". Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9, como reflexo da reclassificação a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(b) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação; e

- Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

(iii) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores, ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir "descaamentos contábeis".

- Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo;

- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e

- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com ativos e passivos financeiros.

O Grupo designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. Para o cálculo da taxa de juros efetiva, os fluxos de caixa considerados incluem os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo por meio do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo custo amortizado mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do resultado consolidada em "Despesas de juros e encargos similares".

As obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros representam as obrigações de cessão de crédito com ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(b) Hedge

O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e optou na adoção do IFRS 9 em permanecer adotando os critérios do IAS 39, como permitido na adoção de IFRS 9.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil, todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.

- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Os valores justos dos vários instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 7. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido *por hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido *por hedge* for inferior a 12 meses.

(i) Hedge de Valor Justo

Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela efetiva das variações ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Ganho/perda líquido com ativos e passivos financeiros".

Os valores acumulados em outros resultados abrangentes são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido *por hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida *por hedge*). Para os instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em outros resultados abrangentes, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida *por hedge* afeta o resultado.

A parcela dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos financeiros derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluída da análise de efetividade é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no resultado abrangente acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece em Resultado Abrangente e é reconhecido no resultado, quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado em outros resultados abrangentes é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receita e Despesa de juros, rendimentos e encargos similares".

(c) Modificação de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o Grupo não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado com o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro. Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Grupo baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, consequentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos do risco de crédito. O Grupo também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração do Resultado.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando todos os riscos e benefícios de propriedade são transferidos substancialmente e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de propriedade, o Grupo reconhece a perda de crédito esperada e o reconhecimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação fiscal caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuada o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Grupo. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

(f) Valor Justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

(g) Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como *Ações e Cotas*.

O Grupo mensura inicialmente os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ser for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo é reconhecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração do Resultado.

2.8 Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no balanço patrimonial consolidado na rubrica Operações de crédito e arrendamento mercantil.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo Grupo são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Grupo e ocorre na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Receita de juros e rendimentos similares".

2.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros**Perda de Crédito Esperada**

O Grupo avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração do Resultado.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

Ativos financeiros são mensurados pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;

• Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;

• Garantias financeiras: a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banco espera recuperar.

A metodologia de estimativa da perda esperada considera a utilização dos seguintes fatores:

• Exposição ao *default* (EAD): é o valor exposto ao risco de crédito, utilizando-se como referência o saldo devedor dos contratos e possibilidade de utilização dos limites aprovados;

• Probabilidade de *Default* (PD): é definido como a probabilidade da contraparte não honrar com suas obrigações contratuais de pagamento, utilizando-se para estimativa dados históricos e informações cadastrais dos clientes e contratos;

• Perda por *Default* (LGD): é o percentual da exposição que não se espera recuperar em caso de inadimplência, utilizando-se para estimativa parâmetros históricos de níveis de atraso, garantias das operações e cobertura por seguro prestamista.

A cada período reportado, o Grupo avalia se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou ou diminuiu significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Grupo classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência refere a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial, e;

Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializaram em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Mudança de estágio

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um instrumento financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo realizado pelo Grupo.

O Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. O modelo individual é aplicado quando existe relevância para a carteira e histórico adequado para uma modelagem estatística. Caso contrário, aplica-se a análise coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

2.10 Ativos não correntes disponíveis para venda

Em conformidade com o IFRS 5, nesta categoria foram registrados os ativos cujo valor contábil possa ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, em vez do uso continuado.

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, adquiridos ou recebidos por doação em pagamento.

Estes bens quando recebidos por doação em pagamento são vendidos. Entretanto, aqueles que eventualmente apresentarem alguma dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment* por meio de laudo técnico. Adicionalmente, os investimentos que estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável, são classificados como mantidos para venda, e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo do ativo.

2.11 Intangível

O *ágio* (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de aquisição de desalo, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). *Ágio* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Outros ativos Intangíveis

Representados basicamente por licenças de software e outros ativos intangíveis. Aqueles considerados com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, enquanto os classificados com vida útil indefinida, ainda não disponíveis para uso, são testados quanto a *impairment* anualmente.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um item separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear como segue:

	2025	2024
Edificações	Entre 20 e 25	Entre 20 e 25
Sistema de segurança	Entre 18 e 20	Entre 18 e 20
Instalações	Entre 8 e 10	Entre 8 e 10
Móveis e equipamentos de uso	Entre 8 e 10	Entre 8 e 10
Sistema de comunicação	Entre 8 e 10	Entre 8 e 10
Veículos	Entre 3 e 5	Entre 3 e 5
Sistema de processamento de dados	Entre 3 e 5	Entre 3 e 5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

2.13 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de provisão para redução ao valor recuperável no final de cada período de balanço ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da provisão para redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido provisão para redução ao valor recuperável, exceto o *ágio*, são revisados para a análise de uma possível reversão da provisão para redução ao valor recuperável na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Essas ações judiciais são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para tributos correntes é constituída a alíquota de 15% sobre o lucro apurado mais adicional de 10% sobre o que exceder a R\$20/mês, para o imposto de renda, 20% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL" de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 de janeiro de 2022 a julho de 2022 e, 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022 de acordo com a Lei nº 14.446/22.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são representados pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas obtidos pelas diferenças entre o valor contábil contábil e a base de cálculo fiscal, de acordo com as resoluções e legislações tributárias, às alíquotas vigentes na data da sua constituição.

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa somente são reconhecidos se houver o lucro tributável futuro suficiente para a sua compensação.

2.16 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratuamente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal (Nota 22 (a)).

2.18 Reconhecimento da receita

Os critérios mais significativos utilizados pelo Grupo para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(a) Receitas com juros, despesas com juros, rendimentos e encargos similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo método da taxa de juros efetiva. Para operações de crédito em que o pagamento principal está condicionado ao atingimento do objetivo estratégico do Consolidado, as metas individuais e de áreas de atuação dos Administradores.

(b) Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, como parte da taxa efetiva de juros, utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

• Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando incorridas.

• Aqueles resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços de forma linear.

• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

(c) Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(d) Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidas para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

2.19 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do Grupo pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, ou quando declarados, com base no estatuto social do Grupo, calculadas com base no resultado apurado pelas práticas contábeis autorizadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando declarado na forma do estatuto social e/ou na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

• Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.

• Ajustes de avaliação de juros.

•

	2024		
	Classificação interna de Risco		
	Baixo	Médio	Alto
Disponibilidades	155.772		
Aplicações no mercado aberto	1.549.131		
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174		
Mensurados ao custo amortizado - Operações de crédito	23.306.245	1.262.588	1.800.069
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	5.724.801		
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	782.269		
Mensurados ao Custo Amortizado - TVM	6.415.522		
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Instrumentos financeiros derivativos	302.282		

4.1.4 Concentração de riscos

Os limites individuais de risco em operações de crédito são definidos em normativos operacionais específicos. Esses limites são monitorados frequentemente e, em caso de desvio, haverá comunicação imediata ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco o qual deverá elaborar e gerir a execução do plano de ação para a correção e adequação. O elevado volume de operações realizadas pela Instituição requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações e de controles internos.

4.2 Risco de Mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Grupo. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (*commodities*). As carteiras de investimento avaliadas ao valor justo por meio do resultado incluem todos os títulos e valores mobiliários pertencentes aos fundos de investimento, cuja movimentação em base diária é acompanhada. Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes correspondem, basicamente, a títulos e valores mobiliários. Essa carteira inclui risco de taxa de juros, índice de preços e câmbio. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

Técnicas de mensuração do risco de mercado**Valor em Risco ("VaR")**

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Grupo pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (1%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (10 dias). Além disto, pressupõe, também, que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias no passado. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de não negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Real e T.J.L.P, variação de Índices de Preços denominadas em IPCA e IGP-M e variação do Câmbio. Estes limites são diariamente monitorados pela área de risco.

Teste de stress

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking* (não negociação), tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do novo método padronizado de Basileia III do BACEN. A carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Grupo e de seus eventuais *hedges*. Assim sendo, toda a carteira do Grupo a ser analisada para risco de mercado é classificada como *banking*.

O quadro-resumo apresentado abaixo demonstra os efeitos das variações nos preços nos cenários projetados e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Grupo. Os testes de stress proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir de situações de mercado extremas. Para a carteira de não negociação, os testes de stress são realizados pela área de Risco.

Carteira de não negociação

Fatores de Riscos	Definição	2025		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	274	684	1.369
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(86.228)	(215.571)	(431.142)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	6.826	17.066	34.131
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	19.778	49.444	98.888
TR	Exposições sujeitas à variação da Taxa Referencial	(9.685)	(24.214)	(48.427)
Total		(69.035)	(172.591)	(345.181)

Fatores de Riscos	Definição	2024		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(377)	(942)	(1.884)
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros pré-fixadas	(95.360)	(238.400)	(476.800)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons em moeda estrangeira	(17.266)	(43.165)	(86.329)
IPCA / IGP-M	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	18.683	46.708	93.416
Total		(94.320)	(235.799)	(471.597)

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados como Carteira Banking. Os mesmos consistem em operações de crédito, instrumentos de captação de recursos financeiros destinados a financiar a carteira de crédito, os títulos e valores mobiliários classificados como Ativos Financeiros – VJORA e os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* de outras operações classificadas nesta carteira (ativas ou passivas).

Os fatores de riscos identificados:

- Curva de juros – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros prefixada em reais;
- Cupom cambial – perda decorrente de variações de preço em função das variações da taxa de juros doméstica para operações indexadas à variação cambial;
- Câmbio – perda decorrente de variações de preço em função das variações de qualquer moeda.
- IPCA/IGP-M: perda decorrente de variações nos índices de preços.

Premissas para os fatores de riscos

Cenário	Curva de juros (pré) e Curva de Cupom cambial	Câmbio
1	Deslocamento paralelo de + 100 pontos básicos	aumento de 10%
2	Deslocamento paralelo de + 250 pontos básicos	aumento de 25%
3	Deslocamento paralelo de + 500 pontos básicos	aumento de 50%

• O cenário 1 representa um choque paralelo de 100 pontos básicos (+1%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 10% nas taxas de câmbio.

• O cenário 2 representa um choque paralelo de 250 pontos básicos (+2,5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e no cupom cambial somado a um choque de 25% nas taxas de câmbio.

• O cenário 3 representa um choque paralelo de 500 pontos básicos (+5%) nas curvas de juros, nos cupons de índices de preços e de cupom cambial somado a um choque de 50% nas taxas de câmbio.

4.3 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, podem ser requeridas a proteger suas posições via operações de swap, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial

	2025	2024
Ativo		
Disponibilidade / Aplicações em moeda estrangeira (dólar)	430.664	59.513
Total de ativos financeiros	430.664	59.513
Passivo		
Empréstimo no exterior (dólar)	(1.635.072)	(1.306.878)
Total de passivos financeiros	(1.635.072)	(1.306.878)

Total de derivativos – Ativo (dólar)	18.869	281.357
Total de derivativos – Passivos (dólar)	(74.025)	(91.020)
Posição financeira líquida registrada no balanço patrimonial	(55.156)	190.337

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre, sobretudo, de captações via depósito a prazo, via interfinanceiros e via BNDES/FINAME. As captações emitidas em taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Já as captações emitidas em taxas fixas (sobretudo dívidas subordinadas e *short-term notes*) expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2025 e de 2024, os empréstimos do Grupo em taxas variáveis eram mantidos, em reais e dólar.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de swap, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas.

A tabela abaixo resume a exposição do Grupo ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	2025			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos compulsórios no Banco Central	873.776			873.776
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	22.745	23.669	7.928	54.342
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	1.790.716	3.297.154	3.060.763	8.148.633
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	5.516.635	5.989.238	15.409.935	26.915.808
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)			4.059.793	4.059.793
Total de ativos financeiros	8.254.046	9.310.061	22.538.419	40.102.526
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	12.061.861	8.140.166	21.327.140	41.529.167
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	42.418	26.533	14.808	83.759
Total de passivos financeiros	12.104.279	8.166.699	21.341.948	41.612.926

	2024			
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações no mercado aberto (Nota 5)	1.549.131			1.549.131
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.355.174			1,355.174
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	153.636	113.680	34.966	302.282
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM (Nota 6)	1.166.925	1.664.781	2.893.095	5.724.801
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (Nota 6)	4.103.299	7.750.747	19.527.484	31.381.530
Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (Nota 6)	19.516		762.753	782.269
Total de ativos financeiros	8.347.681	9.529.208	23.218.298	41.095.187
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 12)	10.653.709	9.326.172	21.849.448	41.829.329
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	169.317	26.078	7.883	203.278
Total de passivos financeiros	10.823.026	9.352.250	21.857.331	42.032.607

Exposição financeira dos instrumentos financeiros derivativos

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Pré-Fixado	1.206.183	2.174.332	2.061.531	4.499.763
Moeda estrangeira	2.051.898	1.226.260	3.943.780	3.124.507
Outros	47.407		1.750.832	17.577
Total	3.305.488	3.400.592	7.756.143	7.641.847

4.5 Risco de Liquidez

Esse risco consiste na possibilidade do Grupo não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Processo de gestão do risco de liquidez

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente pela área de Risco através de um sistema interno. Há limites estabelecidos (colchão de liquidez) na política de Risco de liquidez do Grupo, acompanhadas pelo ALCO, e, caso esses sejam extrapolados, é realizado o reporte ao Comitê responsável. São elaborados relatórios como: fluxo de caixa, projeção de caixa para os próximos seis meses e caixa efetivo versus limites estabelecidos e *Abordagem de captação de recursos*.

Abordagem de captação de recursos

A Tesouraria do Grupo tem como principal objetivo prover liquidez, para assegurar que suas obrigações financeiras sejam cumpridas, garantindo a sustentabilidade do negócio, através da captação de recursos a taxas competitivas e da diversificação de suas fontes de refinanciamento por contraparte, moeda, produto e prazo. Além disso, visa a mitigação dos riscos financeiros através da observância e monitoramento dos riscos inerentes ao negócio, tais como o risco de mercado e risco de liquidez.

Fluxos de caixa não descontado

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas.

	2025				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	517.839				517.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.329.917	4.873.527	15.818.048	1.944.190	25.965.682
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	1.806.129	3.535.133	4.107.897	16.784	9.465.943
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM				10.904.151	10.904.151
Instrumentos financeiros derivativos	22.745	23.669	7.928		54.342
Total a receber	5.726.804	8.432.329	19.933.873	12.865.125	46.958.131
Depósitos					
Depósito à vista	369.446				369.446
Depósito a prazo	2.718.611	6.530.934	15.367.325	255.996	24.872.866
Depósitos interfinanceiros	50.143	10.245	32.844		93.232
Instrumentos financeiros derivativos	42.417	26.533	14.808		83.758
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	41.899	1.528.406	4.900.664	2.159.290	8.630.259
Obrigações por empréstimos e repasses	75.357	2.312.384	55.758		2.443.499
Dívidas subordinadas			330.108	777.643	1.107.751
Total a pagar	3.297.873	10.408.502	20.701.507	3.192.929	37.600.811
Diferença a receber (a pagar)	2.428.931	(1.976.173)	(767.634)	9.672.196	9.357.320

	2024				Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1800 dias	Acima de 1800 dias	
Fluxos de caixa não descontados					
Disponibilidade	155.772				155.772
Aplicações no mercado aberto	1.549.131				1,549.131
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	6.365.394	4.239.889	18.795.328	5.621.452	35.022.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	1.177.163	1.733.325	3.832.797		6.743.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado -TVM	19.516			762.753	782.269
Instrumentos financeiros derivativos	153.636	113.680	34.966		302.282
Total a receber	9.420.612	6.086.894	22.663.091	6.384.205	44.554.802
Depósitos					
Depósito à vista	376.664				376.664
Depósito a prazo	2.345.107	7.893.573	17.099.996	250.792	27.589.668
Obrigações por cessão	2.066	5.758	37.245		45.069
Depósitos interfinanceiros	23.101	93.672	40.999		157.772
Instrumentos financeiros derivativos	169.318	26.077	7.883		203.278
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras	6.774	569.877	3.959.233	2.282.325	6.818.209
Obrigações por empréstimos e repasses	1.249.431	115.910	566.617		1,931.958
Dívidas subordinadas	15.983		284.681	771.729	1,072.393
Total a pagar	4.188.444	8.704.867	21.996.654	3.304.846	38.194.861
Diferença a receber (a pagar)	5.232.168	(2.617.973)	666.437	3.079.359	6.359.911

4.6 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O gerenciamento de capital do Grupo é baseado nas regras do Banco Central do Brasil (Bacen) em especial a Resolução CMN nº 4.557/17 e regulamentações complementares. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 1.250% e um índice mínimo de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco de 8% mais as respectivas parcelas de Adicional de Capital Principal e Contracíclico.

Adicionalmente, o patrimônio utilizado no cálculo do patrimônio de referência é o patrimônio calculado pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e não pelo IFRS.

O Índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido calculados para atender às regras do Banco Central do Brasil podem ser assim demonstrados:

	2025	2024
Patrimônio de referência nível I	2.851.325	2.850.311
Capital Principal	2.739.290	2.739.466
Patrimônio líquido (i)	3.892.083	4.267.690
Ajustes Prudenciais – Res. 4.955/21 CMN	(1.152.793)	(1.528.224)
Capital complementar (ii)	112.035	110.845
Letras financeiras subordinadas	112.035	110.845
Patrimônio de referência nível II (ii)	878.060	

Tipo de garantia	Tipo de produto				2024
	Carteira Comercial	Crédito Pessoal	Financiamento à Exportação	Debêntures	Total
	Alienação fiduciária	154.668	510	72.275	
Cessão direitos creditórios	284.116	332.124	527.840	1.249.076	2.393.156
Penhor	21.214	480			21.694
Hipoteca		23.796			23.796
Outros	4.542	702			5.244
TOTAL	464.540	357.612	600.115	1.249.076	2.671.343

Quando operações que possuem garantias reais entram em atraso, a política existente para a cobrança se compõe das seguintes etapas: cobrança amigável, tentativa de formalização do termo de entrega amigável, ajuizamento de ação de busca e apreensão da garantia, venda em leilão.

4.10 Combinação de negócios e alterações societárias

Em 12 de março de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$99.554.
Em 15 de março de 2024 foi efetivada redução de capital social na controlada CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. no montante de R\$400.000.
Em 28 de maio de 2024, O Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. ("Inter") um "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", da totalidade da participação acionária detida pelo Banco, representativas de 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. ("Granito"). O preço total da Operação foi de R\$110.000, o qual será ajustado pela variação de 100% do CDI e será pago à vista na data do fechamento da Operação. A operação foi concluída em 24 de julho de 2024 (vide nota 28 (e)).

Em 20 de agosto de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$60.000 que correspondem a R\$325.422.
Em 05 de setembro de 2024, O Banco Bmg S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev"), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Estrutura Corporativa Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A. (nota 28). O preço da Operação é equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de fechamento da Operação. Em setembro de 2024, a Bmg Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo. Em janeiro de 2025, a operação de venda foi concluída, conforme Comunicado ao Mercado de 08 de janeiro de 2025.

Em 01 de novembro de 2024, O Banco Bmg S.A., em continuidade ao Fato Relevante e Comunicado ao Mercado publicados, respectivamente, em 06 de agosto de 2020 e 03 de novembro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas da Bmg Corretora de Seguros S.A. ("Bmg Corretora"), após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e diante do cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos contratuais, a Wiz Co Participações e Correlagem de Seguros S.A. ("Wiz") exerceu a opção de compra para aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora. Com a Operação, o Banco, por meio da Bmg Seguradora S.A., passou a deter 51% do capital social da Bmg Corretora. O Banco esclarece que a Operação não resultará em qualquer alteração na estratégia ou governança da Bmg Corretora.

Em 04 de dezembro de 2024, foi efetivado o aumento de capital na BMG Participações em Negócios Ltda no valor de R\$12.000.
Em 30 de janeiro de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de US\$20.000 que correspondem a R\$117.180.
Em 30 de janeiro de 2025, na Reunião Ordinária do Conselho de Administração, foi deliberado um aumento de capital de USD 40.000. A CIMA aprovou o aumento de Capital em 17 de março de 2025 o qual foi efetivado em 30/04/2025.

Em 25 de março de 2025, foi efetivada a redução de capital na CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda de R\$180.000.
Em 30 de abril de 2025, foi efetivado o aumento de capital na BMG Cayman no valor de USD 40.000, que correspondem a R\$226.432.

Em 14 de agosto de 2025, foi efetivada a redução de capital na Bmg Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil no valor de R\$388.000.
Em 29 de agosto de 2025, o Banco Bmg S.A., foi concluída a operação de compra, através de sua subsidiária Bmg Participações em Seguradoras Ltda. ("Bmg Participações em Seguradoras"), da totalidade da participação acionária detida pela Phoenix One Participações S.A., representativa de 40% do capital social da Bmg Seguradora S.A. ("Bmg Seguradora") ("Operação"). O preço total da Operação foi de R\$65,0 milhões, com apração de Goodwill de R\$ 17 milhões, registrada contra Patrimônio Líquido. Com a conclusão da Operação, o Banco, por meio da Bmg Participações em Seguradoras, passou a deter 100% das ações de emissão da Bmg Seguradora, o que se espera refletir em maior valor para os acionistas e demais stakeholders do Banco.

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$ 167.906 (2024 - R\$ 159.969) estão representados basicamente pelas seguintes empresas: Bmg Corretora de Seguros R\$ 50.146(2024 - R\$54.191), Araujo Fontes Consultoria R\$ 116.677 (2024 - R\$99.619).

5. Disponibilidades

	2025	2024
Disponibilidades	517.839	155.772
Aplicações no mercado aberto	50.174	133.371
Aplicações no Banco Central do Brasil		1.415.760
Total	568.013	1.704.903

6. Ativos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades" e "Aplicações no mercado aberto", em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	2025				Total
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			90		90
Operações de crédito e arrendamento mercantil			23.338.852		23.338.852
Devedores diversos			842.274		842.274
Provisão para perdas esperadas (Impairment)			(1.660.537)		(1.660.537)
Depósitos compulsórios no Banco Central			873.776		873.776
Aplicação em depósito interfinanceiro			22.880		22.880
Títulos e Valores Mobiliários	4.059.793	8.148.634	4.372.250		16.580.677
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		1.681.345	50.619		1.731.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN		2.026.331			2.026.331
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.741.864	4.303.811	1.266.826		9.312.501
Nota comercial			423.645		423.645
Cédula de Produto Rural			102.178		102.178
Debêntures		126.110	2.485.822		2.611.932
Cotas de fundos de Investimento	281.600				281.600
Certificado de depósito bancário		11.037	43.160		54.197
Ações	36.329				36.329
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	54.342				54.342
Total	4.114.135	8.148.634	27.789.585		40.052.354
Circulante	46.414	5.087.870	12.395.761		17.530.045
Não circulante	4.067.721	3.060.764	15.393.824		22.522.309

	2024				Total
	Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras			7.041		7.041
Operações de crédito e arrendamento mercantil			26.368.902		26.368.902
Devedores diversos			805.838		805.838
Provisão para perdas esperadas (Impairment)			(2.415.819)		(2.415.819)
Depósitos compulsórios no Banco Central			1.355.174		1.355.174
Aplicação em depósito interfinanceiro			200.046		200.046
Títulos e Valores Mobiliários	782.269	5.672.401	6.415.522		12.870.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		2.503.770			2.503.770
Letras do Tesouro Nacional - LTN		615.994	126.621		742.615
Notas do Tesouro Nacional - NTN	204.455	2.462.895	3.924.772		6.592.122
Nota comercial			550.568		550.568
Debêntures		89.742	1.022.723		1.112.465
Certificado de recebíveis do agronegócio			17.392		17.392
Cotas de fundos de Investimento	558.298				558.298
Ações	19.516				19.516
Títulos no Exterior			773.446		773.446
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	302.282				302.282
Total	1.084.551	5.672.401	32.736.704		39.493.656
Circulante	286.832	2.831.706	13.209.220		16.327.758
Não circulante	797.719	2.893.095	19.527.484		23.218.298

7. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Valor justos de derivativos de negociação registrados no ativo e no passivo

	2025		2024	
	Valor justo Ativo	Valor justo (Passivo)	Valor justo Ativo	Valor justo (Passivo)
Derivativo cambial	18.869	(74.025)	281.357	(91.020)
Derivativos de taxas de juros e índices	35.473	(9.733)	20.925	(112.258)
Total	54.342	(83.758)	302.282	(203.278)
Circulante	46.413	(68.950)	267.316	(195.395)
Não Circulante	7.929	(14.808)	34.966	(7.883)

As operações de instrumentos financeiros derivativos, cujo único objetivo é proteção contra riscos dos ativos financeiros, têm como lastro as próprias operações ativas.

(b) Valores de referência (nominal) e valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	2025		2024	
	Valor de Referência (nominal)	Valor justo líquido	Valor de Referência (nominal)	Valor justo líquido
Derivativo cambial	2.359.296	(55.156)	7.220.338	190.337
Derivativos de taxa de juros	350.423	3.184	2.031.356	(91.333)
Derivativos de índices	142.738	22.556	52.244	
Derivativos de commodities	78.666			
Total	2.931.123	(29.416)	9.303.938	99.004

(c) A composição dos valores de referência (nominal) dos instrumentos financeiros derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2025	2024
Até 30 dias	202.654	2.048.924
De 31 a 180 dias	1.701.707	6.010.369
De 181 a 360 dias	355.064	433.172
Acima de 360 dias	671.698	811.473
Total	2.931.123	9.303.938

Apresentamos abaixo os valores de referência e a receber/a pagar das operações de futuros:

Futuros	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Futuro de cupom de IPCA (DAP)		(376)	895.925
Futuro de cupom de cambial (DDI)	25.051		1.569.791
Futuro de taxa média de DI de um dia (DI1)		(2.089)	24.186.509
Futuro de reais por dólar comercial (DOL)		(4.815)	1.736.899
Posição – 2025	25.051	(7.280)	28.389.124
Posição – 2024	62.828	(3.939)	10.795.614

(d) Operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge

(i) Hedge do Risco de Mercado

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado dos CDB's indexados à variação do IPCA mais cupom, o Banco BMG utiliza contratos futuros (DAP) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 896.565 (2024 - 693.462). Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado positivo no resultado no montante de R\$10.314 (2024 – positivo em R\$32.756).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado das Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, o Banco utiliza contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 547.541 (2024 - 430.991). Estes futuros possuem vencimentos mais curtos do que as Letras Financeiras Subordinadas, estando prevista a rolagem dos contratos para manter a eficácia da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$ 49.181 (2024 – positivo em R\$186.662).

Para proteger da exposição à variação no risco de mercado da Carteira de Crédito, o Banco Bmg passou a utilizar a partir de agosto de 2022 contratos futuros (DI1) negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, como instrumentos de hedge, sendo o valor nominal de R\$ 820.027 (2024 –685.228). Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo no resultado no montante de R\$ 46.399 (2024 – negativo em R\$111.308).

(ii) Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo do relacionamento do hedge do Banco Bmg é o de proteger parcela dos fluxos de caixa de caixa de pagamento a serem desembolsados nas captações de depósito a prazo pós-fixados indexados ao CDI para taxas prefixadas.

Para proteger os fluxos de caixa futuros de parcela das captações de depósitos a prazo contra a exposição à taxa de juros variável (CDI e IPCA), o Banco negocia contratos futuros de DI de 1 dia e DAP, negociados na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo o valor presente a mercado das captações de R\$ 18.530.506 (2024 – R\$2.013.163). Esses instrumentos geraram ajuste a valor de mercado negativo registrado no patrimônio líquido de R\$ 52.386 (2024 – positivo R\$121.283), líquido dos efeitos tributários.

(e) Gestão de instrumentos financeiros derivativos
O grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros (diferenciais) registrados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais

se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis.

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (Swap, Opções, Termo e contratos de futuro) com o propósito de proteção dos ativos e passivos próprios e de seus clientes.

A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições visando liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "VaR" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de "stress", acompanhados pelo ALCO.

8. Ativos financeiros ao custo amortizado – operações de crédito e devedores diversos

	2025	2024
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	90	7.041
Relações com correspondentes	89	425
Relações de interdependências	1	6.616
Operações de crédito, líquidos	21.678.315	23.953.083
Devedores diversos	842.274	805.838
Valores a Repassar pelos órgãos públicos (I) - Líquidos	451.530	361.100
Recebíveis de transações de pagamento	5.324	8.196
Valor a receber pela cessão de recebíveis	125.206	117.170
Outros	260.214	319.372
Total	22.520.679	24.765.962
Circulante	10.423.425	8.240.710
Não Circulante	12.097.255	16.525.252

(I) Refere-se a valores de parcelas de operações de crédito consignado pendentes de repasse pelos órgãos públicos e provisões aos valores não recuperáveis.

Operações de crédito

(a) Composição
A composição, por classificação, dos saldos da carteira de crédito nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2025	2024
Operações de crédito		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	23.338.852	26.368.902
Provisão para perdas esperadas (Impairment)	(1.660.537)	(2.415.819)
Operações de crédito, líquidos	21.678.315	23.953.083
Circulante	9.581.060	7.427.831
Não Circulante	12.097.255	16.525.252

(b) Valor contábil bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito segregadas por estágio:

	Saldo Inicial em 01/01/2025	Constituição / (Liquidação)	Saldo Final em 31/12/2025
Estágio 1			
CDC - Crédito Pessoal	21.322.750	(2.880.255)	18.442.495
Pessoas físicas		847	847
Carteira Comercial	1.983.456	312.619	2.296.075
Total	23.306.206	(2.566.789)	20.739.417
Estágio 2			
CDC - Crédito Pessoal	1.246.874	(82.238)	1.164.636
Pessoas físicas		22	22
CDC - Veículos		8	8
Carteira Comercial	15.714	19.121	34.835
Total	1.262.588	(63.087)	1.199.501
Estágio 3			
CDC - Crédito Pessoal	1.527.431	(341.670)	1.185.761
Pessoas físicas	2.374	(1.621)	753
CDC - Veículos	207	(28)	179
Carteira Comercial	270.057	(56.816)	213.241
Total	1.800.069	(400.135)	1.399.934
Consolidado dos 3 estágios			

(f) Movimentação da Provisão para perdas esperadas (Impairment)

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.415.819	1.876.192
Adição de provisão	1.530.480	777.556
Baixa de provisão	(2.265.762)	(488.416)
Saldo em 31 de dezembro	1.660.537	2.165.332

9. Imobilizado

Os ativos tangíveis do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento e não é parte de qualquer contrato de arrendamento financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Movimentação do ativo imobilizado:

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado.

	Terrenos e edificações	Sistema de processamento de dados	Instalações, móveis e equipamento de uso	Sistema de comunicação	Sistema de transporte	Total
Em 31/12/2024						
Custo	16.686	145.193	167.961	5.831	14.465	350.136
Depreciação acumulada	(12.975)	(128.709)	(130.750)	(3.644)	(10.691)	(286.769)
Saldo contábil, líquido	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Em 31/12/2025						
Saldo inicial	3.711	16.484	37.211	2.187	3.774	63.367
Adições	879	19.734	86	86	1.420	22.119
Baixas	(362)	(1.889)	(4)	(4)	(346)	(2.601)
Depreciação	(7.073)	(7.231)	(350)	(1.254)	(15.908)	(22.816)
Custo	16.686	145.710	185.806	5.913	15.539	369.654
Depreciação acumulada	(12.975)	(135.782)	(137.981)	(3.994)	(11.945)	(302.677)
Saldo contábil, líquido	3.711	9.928	47.825	1.919	3.594	66.977

Não há compromisso contratual para compra de imobilizado, também não foi dado em garantia nenhum ativo imobilizado

10. Intangível

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	1.636.603	1.538.062
Aquisição	282.103	103.278
(Amortização)	(133.770)	(4.737)
Saldo no final do período	1.784.936	1.636.603
Ágio na aquisição de controlada	1.077.907	1.081.437
Outros Intangíveis	707.029	555.166
Saldo contábil, líquido	1.784.936	1.636.603

Em 18 de agosto de 2011, com a aquisição do Banco BMG Consignado S.A., foi apurado um ágio no montante de R\$995.585, registrado em Ágio de aquisição de controladas. O Outros ativos intangíveis referem-se basicamente a ativações de sistemas de processamento de dados (softwares) gerados internamente.

O ágio apurado na aquisição do Banco BMG Consignado S.A. é alocado integralmente ao segmento de varejo.

Análise do valor recuperável:

Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 31/12/2025.

O valor recuperável dos ágios foi calculado com base do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de resultado, com base no orçamento de 5 anos, aprovado pela administração. Na previsão de resultados foram consideradas taxas de desconto sensíveis de 10% a 15% e perpetuidade sensíveis de 3% a 5%.

11. Outros ativos

	2025	2024
Prêmios de seguros a receber	47.832	14.607
Despesas antecipadas	430.932	383.274
Ativos de Direitos de Uso	54.411	60.427
Outros ativos	19.170	78.261
Total	552.345	536.569
Circulante	350.820	314.168
Não Circulante	201.525	222.401

12. Passivos financeiros

Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco, em 31/12/2025 e 31/12/2024 está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Depósitos de clientes (nota 15)	22.535.038	22.535.038
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)	12.109	12.109
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	2.443.499	2.443.499
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)	8.365.732	8.365.732
Letras financeiras subordinadas (nota 17)	1.142.386	1.142.386
Outros passivos financeiros (nota 18)	1.347.762	1.347.762
Operações compromissadas (nota 16b)	5.682.641	5.682.641
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	83.758	83.758
Total	83.758	41.529.167
Circulante	68.950	20.202.026
Não circulante	14.808	21.327.141

	2025	2024
Depósitos de clientes (nota 15)	25.009.524	25.009.524
Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros (nota 13)	23.851	23.851
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	1.931.958	1.931.958
Obrigações por títulos e valores mobiliários e letras financeiras (nota 16a)	5.855.399	5.855.399
Letras financeiras subordinadas (nota 17)	1.072.393	1.072.393
Outros passivos financeiros (nota 18)	1.005.054	1.005.054
Operações compromissadas (nota 16b)	6.931.150	6.931.150
Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	203.278	203.278
Total	203.278	41.829.329
Circulante	195.395	19.979.882
Não circulante	7.883	21.849.447

13. Obrigações por empréstimos ou de transferência de ativos financeiros

	2025	2024
Obrigações por empréstimos (cessões com coobrigação)	12.109	23.851
Total	12.109	23.851
Circulante	12.109	534
Não Circulante	0	23.317

14. Obrigações por empréstimos e repasses

	2025	2024
Empréstimos no exterior	1.635.072	1.306.878
Compromissos a pagar – FGC (i)	572.369	607.995
Repasses País – Fname / Crédito Rural	236.058	17.085
Total	2.443.499	1.931.958
Circulante	2.387.741	1.365.341
Não Circulante	55.758	566.617

	2025	2024
Até 30 dias	75.357	8.469
De 61 a 90 dias	572.369	1.240.962
De 91 a 180 dias	1.740.015	115.910
De 181 a 360 dias	55.758	566.617
Total	2.443.499	1.931.958

(i) Valores relativos ao empréstimo junto ao FGC – Fundo Garantidor de Crédito, com vencimento em 2026.

15. Depósito de clientes

	2025	2024
Depósito à vista	369.446	376.664
Depósitos interfinanceiros	93.231	157.772
Depósito a prazo	22.072.361	24.475.088
Total	22.535.038	25.009.524
Circulante	8.718.687	10.465.349
Não Circulante	13.816.351	14.544.175

	2025	2024
Até 30 dias	376.664	376.664
De 31 a 60 dias	4.115	4.789
De 61 a 90 dias	14.197	93.672
De 91 a 180 dias	93.672	40.999
De 181 a 360 dias	40.999	157.772
Total	376.664	376.664
Depósitos à vista	369.446	369.446
Depósitos interfinanceiros	50.143	93.231
Depósito a prazo	962.873	377.346
Total	22.535.038	25.009.524

16. Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras e compromissadas

a) Obrigações por títulos e valores mobiliários, letras financeiras

	2025	2024
Debêntures	4.896.662	4.090.386
Letras Financeiras (i)	3.431.975	1.764.492
Letras de Crédito Agronegócio	31.582	521
Total	8.365.732	5.855.399
Circulante	2.079.696	238.078
Não Circulante	6.286.036	5.617.321

(i) Inclui a emissões de Letras Financeiras Públicas, no montante de R\$300.000 cada, conforme Comunicado ao Mercado. As Letras Financeiras foram captadas de forma pulverizada junto a investidores institucionais com o objetivo de fomentar a liquidez do Banco e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

	2025	2024
Até 30 dias	92.211	21.447
De 31 a 60 dias	62.418	1.318
De 61 a 90 dias	56.628	8.169
De 91 a 180 dias	616.427	61.900
De 181 a 360 dias	1.252.012	145.244
Após 360 dias	6.286.036	5.617.321
Total	8.365.732	5.855.399

b) Operações compromissadas são compostas por R\$ 5.489.998 (2024 – R\$6.838.168) de títulos públicos e R\$192.642 (2024 – R\$92.982) de títulos privados.

17. Letras financeiras subordinadas

	Emissão	Vencimento	Taxa de juros (a.a)	2025	2024
No País (i)					
Letras financeiras subordinadas	1º trimestre/19	1º trimestre/26	124% do CDI	10.424	8.831
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	2º trimestre/26	122% do CDI	24.212	20.566
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	3º trimestre/29	124% da SELIC	1.085	1.061
Letras financeiras subordinadas	4º trimestre/22	4º trimestre/29	CDI + 3,9 a 4,7%	257.085	261.848
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	Pré + 14,2 a 14,5	13.637	13.973
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/30	Pré + 13,7 a 14,2%	37.947	38.791
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/34	Pré + 17,82%	224.378	190.964
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/22	2º trimestre/32	Pré + 17,82%	224.287	190.909
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/23	3º trimestre/33	CDI + 4,12%	218.943	214.352
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	2º trimestre/30	128% do CDI	5.223	5.184
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/23	3º trimestre/30	128% do CDI	15.131	15.069
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	IPCA + 6,51% a 6,58%	7.421	7.089
Letras financeiras subordinadas	3º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	1.283	2.353
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	130% da Selic	101.006	100.133
Letras financeiras subordinadas	2º trimestre/19	Perpétua	126% da SELIC	2.324	1.270
Total				1.142.386	1.072.393
Circulante				34.636	29.397
Não Circulante				1.107.750	1.042.996

(i) Captações efetuadas mediante a emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento e perpétuas, observadas as condições determinadas pelas Resoluções CMN 4.192/13 e 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN a compor o Capital Complementar e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco. As Letras Financeiras Subordinadas pré-fixadas, tem sua exposição à variação no risco de mercado protegidas por hedge (vide nota 7 (c) (ii)).

18. Outros passivos financeiros

	2025	2024
Obrigações sociais e estatutárias	197.501	110.454
Compromissos a pagar - Cartão	104.338	100.915
Cartão - Transações parceladas sem juros	290.433	313.773
Operações de arrendamento	54.411	60.423
Relações interfinanceiras	701.079	419.489
Total	1.347.762	1.005.054
Circulante	1.310.593	963.447
Não Circulante	37.169	41.607

19. Provisões

	Tributárias e previdenciárias (i)	Trabalhistas (ii)	Reclamações civis (iii)	Total
Saldo início do período - 2024	145.336	55.714	672.417	873.467
Constituição	137.625	133.960	480.550	752.135
(Reversão/Utilização)	(17.695)	(139.508)	(444.729)	(601.932)
Saldo no final do exercício – 2024	265.266	50.166	708.238	1.023.670
Constituição	94.600	34.104	447.280	575.984
(Reversão/Utilização)	(22.555)	(32.928)	(399.946)	(455.429)
Saldo no final do exercício – 2025	337.311	51.342	755.572	1.144.225

Em decorrência da finalização do julgamento dos embargos de declaração opostos nos Recursos Especiais nº 949.297 e 955.227, no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por não modular os efeitos da decisão de mérito, o risco da contingência da CSLL X Lei 7.689/88 X Coisa Julgada passou a ser classificado como perda provável, sendo provisionado o montante de R\$ 67.455.

	Tributárias e previdenciárias	Trabalhistas	Reclamações civis	Total
Provisões	337.311	51.342	755.572	1.144.225
Depósitos judiciais	(527.419)	(5.788)	(87.345)	(620.552)
Total	265.266	50.166	708.238	1.023.670
Depósitos judiciais	(468.366)	(7.138)	(79.914)	(555.418)

O Grupo é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 2.14. A Administração do Grupo entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O Grupo, na avaliação de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências conforme segue: a) Ativos contingentes – Não existem ativos contingentes contabilizados; b) Provisões – São classificadas e demonstradas juntamente de seus depósitos judiciais, conforme segue: (i) Provisão para riscos fiscais - As causas judiciais equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Os processos contingentes de ações fiscais avaliados como risco de perda provável não são reconhecidos contabilmente, cujo risco total estimado é de R\$ 1.530.444 (2024 – R\$1.265.088), sendo que estas ações referem-se principalmente a processos judiciais de tributos federais.

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

Os principais questionamentos no Grupo são:

a) IRPJ/RRF/CSLL 2012, 2014 a 2019 – R\$435.519 (2024 – R\$449.057): questiona-se o recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre despesas alegadamente indedutíveis;

b) IR e CSLL 2011 – R\$105.479 (2024 – R\$84.783): questiona as exclusões de despesas nas bases de cálculo do imposto

22. Capital social e reservas**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$3.792.105, representado por 599.088.294 (quinhentos e noventa e nove milhões, oitenta e oito mil e duzentos e noventa e quatro) ações, das quais 382.836.779 (trezentos e oitenta e dois milhões, oitocentas e trinta e seis mil, setecentas e setenta e nove) ações ordinárias e 216.251.515 (duzentos e dezesseis milhões, duzentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e quinze) de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de setembro de 2025, aprovou-se a homologação da totalidade do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião do dia 15 de julho de 2025, após concluído o processo de subscrição particular de 15.855.883 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 10.140.581 novas ações ordinárias e 5.715.302 novas ações preferenciais sem direito a voto, ao preço de R\$3.124 por ação, totalizando R\$ 49.534. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 31 de outubro de 2025.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2025, o Conselho de Administração do Banco, deliberou a aprovação de um novo programa de recompra de ações, que passou a vigorar a partir de 27 de junho de 2025, autorizando a aquisição de até 12.961.497 ações preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, correspondentes a até 10,00% (dez por cento) das ações em circulação, reduzido do número atual de ações em tesouraria, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou realocação no mercado ou, ainda, pagamento de remuneração a executivos e demais beneficiários do Banco no âmbito de planos de incentivo de longo prazo do Banco, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Resolução CVM nº 77/22.

As operações de aquisições do novo programa serão efetuadas em bolsa de valores, no período entre 27 de junho de 2025 a 21 de dezembro de 2026, a valor de mercado.

Ações em tesouraria					
	Ações em tesouraria 31/12/2024	Aquisição de ações de emissão própria	Pagamento baseado em ações	Outras saídas	Ações em tesouraria 31/12/2025
Quantidade	2.750.309	1.020.000	(2.617.981)	(280)	1.152.048

Quantidade de ações				
	2025	2024		
Ordinária	382.836.779	372.696.198		
Preferencial	216.251.515	210.536.213		
Saldo	599.088.294	583.232.411		

Quantidade de ações em circulação (I)				
	Ordinária	Preferencial	Total	
Em 31/12/2024	26.868.119	130.704.109	157.572.228	
Varição em ações em tesouraria	148.961	148.961	148.961	
Varição das ações detidas por controladores e administradores	(10.160.447)	(4.637.321)	(14.797.768)	
Emissão de novas ações	10.140.581	5.715.302	15.855.883	
Em 31/12/2025	26.848.253	131.931.051	158.779.304	

(I) Define-se como ações em circulação, consoante ao art. 67, da Resolução CVM 80/22, todas as ações do emissor, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e daquelas mantidas em tesouraria.

(b) Outros Resultados Abrangentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 31.956 (31/12/2024 – positivo em R\$165.995), referentes a marcação a mercado de Instrumentos financeiros e a baixa da aquisição da BMG Seguros (nota 28e) de R\$(27.863) e apuração do ágio (efeito negativo) da compra de ações da BMG seguridade S.A. de R\$ 17.848. O saldo em 31/12/2025 é positivo em R\$306.668 (31/12/2024 – positivo em R\$338.624) e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e do Hedge de Fluxo de Caixa.

(c) Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva de Lucros		
Legal	20.923	14.070
Estatutária	958.967	723.129
Total	979.890	737.199
Prejuízos Acumulados	(433.713)	(452.494)
Efeito Líquido	546.177	284.705

As movimentações ocorridas nas reservas de lucros referem-se à constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido do exercício e, do restante não distribuído para reserva estatutária, conforme descrito abaixo.

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Incentivos fiscais: Oriundas dos valores das opções por incentivos fiscais de imposto de renda.

(d) Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os Juros sobre Capital Próprio foram instituídos pela Lei 9.249/95, que em seu art. 9º, e alterações, faculta às empresas a dedução do Lucro Real e da base de Contribuição Social da despesa financeira devidamente registrada resultante da aplicação da TJLP sobre o patrimônio líquido a título de remuneração ao acionista.

Conforme fato relevante divulgado em 27 de março de 2025, os Juros sobre o Capital Próprio referentes ao primeiro trimestre de 2025 totalizaram o montante R\$58.310, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$0,085 por ação. O pagamento aos acionistas foi efetuado em 15 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de julho de 2025, aprovou-se a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data e o aumento do capital social dentro do limite autorizado da Companhia, mediante subscrição particular de novas ações escriturais, sem valor nominal, ordinárias e preferenciais ("Aumento de Capital").

Foi aprovado nesta data o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao 2º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 58,3 milhões, equivalente a R\$0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 21 de agosto de 2025.

Em reunião realizada em 04 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 3º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 25 de novembro de 2025, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 11 de novembro de 2025.

Em reunião realizada em 27 de novembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 4º trimestre de 2025, no valor bruto total de até R\$ 59,7 milhões, equivalente a R\$ 0,10 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,085 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 23 de dezembro de 2025, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 11 de dezembro de 2025.

Em reunião realizada em 11 de dezembro de 2025, aprovou-se o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio Complementar no valor bruto total de R\$ 87,7 milhões, equivalente a R\$ 0,147 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco, com retenção de 15% de imposto de renda retido na fonte, resultando no valor líquido de R\$ 0,12495 por Ação, excetuados dessa retenção os acionistas comprovadamente imunes ou isentos. O pagamento aos acionistas foi efetuado no dia 14 de janeiro de 2026, tendo como base de cálculo a posição acionária final registrada no dia 22 de dezembro de 2025. Dessa forma, a partir de 23 de dezembro de 2025, inclusive, as Ações do Banco passam a ser negociadas "ex-direto".

(e) Lucros ou prejuízos acumulados

Os acionistas referem-se às diferenças entre as práticas contábeis BRGAAP e IFRS que tiveram impacto no balanço patrimonial, tiveram suas contrapartidas nesta rubrica. Adicionalmente, transitam nesta rubrica os lucros dos referidos exercícios.

23. Lucro por ação**(a) Básico e diluído**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Banco, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas. Entretanto, não existem ações ordinárias e preferenciais potenciais no Banco, para fins de diluição e, portanto, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	579.466	253
Quantidade média ponderada de ações emitidas	586.182.446	582.293.670
Lucro básico e diluído por ação (em Reais)	0,9885	0,4342

24. Resultado**(a) Receitas e despesas de juros, rendimentos e encargos similares**

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Receita de juros e rendimentos similares	8.733.913	8.743.116
Juros sobre operações de crédito	7.168.086	6.787.409
Juros sobre outros empréstimos recebíveis	340.244	420.879
Juros de outros ativos financeiros, exceto swap	1.225.583	1.534.828
Despesa de juros e encargos similares	(6.114.060)	(4.029.407)
Captação no mercado	(2.799.257)	(850.157)
Empréstimos e repasses	(218.599)	(92.880)
Depósitos a prazo	(3.096.204)	(3.086.370)
Total	2.619.853	4.713.709

(b) Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Resultado de ajuste de Swap/Termo/Opções	(119.326)	558.546
Resultado de operações com futuro	519.679	(1.730.452)
Marcação a mercado de outros ativos financeiros, exceto swap	175.346	(50.355)
Total	575.699	(1.222.261)

(c) Despesas gerais e administrativas

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Salários e encargos sociais	(368.701)	(359.422)
Benefícios	(217.163)	(193.818)
Treinamento	(2.878)	(1.494)
Depreciação e amortização	(172.018)	(150.718)
Marketing	(39.962)	(61.985)
Promoções e relações públicas	(13.610)	(10.368)
Comunicações	(28.486)	(31.667)
Processamento de dados	(278.695)	(213.225)
Seguros	(10.980)	(11.645)
Serviços de terceiros	(137.299)	(132.661)
Serviços técnicos especializados	(320.178)	(302.047)
Materiais diversos	(3.840)	(3.404)
Taxas e emolumentos bancários	(35.374)	(28.572)
Transportes	(3.628)	(3.540)
Viagens	(26.815)	(22.525)
Despesa com operações de arrendamento	(22.165)	(34.365)
Outras despesas administrativas	(122.218)	(134.742)
Total	(1.803.938)	(1.696.198)

(d) Despesas tributárias

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
PIS	(29.460)	(20.242)
COFINS	(166.602)	(121.874)
Outros	(48.168)	(52.001)
Total	(244.230)	(194.117)

(e) Outras receitas e despesas operacionais

	Acumulado 2025	Acumulado 2024
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	12.515	22.327
Varição monetária (líquida)	30.604	44.885
Receita com operações de seguro	341.929	506.002
Atualização de impostos a compensar	10.827	4.330
Receitas com franquias	9.277	9.812
Juros sobre direitos creditórios	770.454	407.054
Outras	76.710	22.891
Total	1.252.316	1.103.005
Outras despesas operacionais		
Despesas de cobranças	(304)	(426)
Despesas de interveniências de repasses de recursos	(140.255)	(128.160)
Despesas de provisões operacionais (I)	(481.603)	(542.802)
Outras	(349.952)	(520.192)
Total	(972.114)	(1.191.580)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	280.202	(88.575)

(I) Na rubrica "Despesa de provisões operacionais" está registrada, basicamente, despesas de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

25. Receitas de prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo referente a receitas de prestação de serviços foi de R\$ 150.734 (2024 – R\$ 173.042). Esse saldo refere-se basicamente a rendas de tarifas bancárias de R\$ 81.839 (2024 – R\$ 102.989) e receita com intercâmbio de cartões R\$ 60.213 (2024 – R\$ 61.616).

26. Dividendo mínimo obrigatório

Os dividendos pagos e os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram calculados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as demonstrações individuais do Banco conforme demonstradas a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido BRGAAP	560.885	419.957
Constituição da reserva legal (5%)	(28.034)	(20.998)
Base de cálculo dos dividendos	532.651	398.959
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	133.163	99.740

Assim, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, ao final de cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

27. Transações com partes relacionadas

(a) As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo) 2025	Receita (Despesa) 2025	Ativo (Passivo) 2024	Receita (Despesa) 2024
Partes Relacionadas				
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros				
BMG Bank (Cayman) Ltd.	610.396	170.688	3.224.959	256.506
Operações de crédito				
Pessoal chave da Administração	5.620		4.863	
Outras partes relacionadas – Pessoas Jurídicas	193.815	28.631	160.332	3.669
Títulos e valores mobiliários				
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Cartoes Consignados II	3.220.192	94.794	1.672.793	189.893
Rendas a Receber				
Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	108.415		32.397	
Banco BMG Consignado S.A.	117.066		79.713	
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	89.530		61.975	
Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	2.072		1.292	
Araujo Fontes Participações Ltda.	46		20.744	
Outros Créditos				
Banco BMG Consignado S.A.	96		2.882	
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	2.332		506	
Bmg Seguradora S.A.	4.338			
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.	19		74	
Rarolabs - Raro Recrutamento Em TI Ltda.			402	
Depósitos à vista				
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	(10.500)		(995)	
Bmg S.A. Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários	(4.092)		(3.951)	
Help Franchising	(863)		(955)	
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(1.855)		(1.532)	
ME Promotora de Vendas Ltda.	(305)		(738)	
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(6)			
Bmg Estrutura Corporativa Ltda.	(89)		(1.015)	
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	(722)		(1.689)	
Rara Intermediação De Negócios Ltda.	(813)			
R&C Franchising Intermediações Ltda.	(68)			
Bmg Seguridade	(882)		(1.105)	
Bmg Participações em Seguradora Ltda.	(320)			
Holding Seguradoras	(2.789)		(61)	
Rarolabs - Raro Recrutamento Em TI Ltda.	(91)		(2.111)	
Granito Soluções em Pagamentos S.A.			(12.492)	
Bmg Seguradora S.A.			(3.965)	
Depósitos interfinanceiros				
Banco BMG Consignado S.A.	(600.398)	(83.363)	(832.857)	(57.606)
Banco Bmg Soluções Financeiras S.A.	(324.054)	(42.419)	(273.137)	(50.153)
BMG Leasing S.A. – Arrendamento mercantil	(77.179)	(58.772)	(380.040)	(73.975)
Bmg S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(11.029)	(1.502)		(1.005)
Depósitos a prazo				
EGL - Empreendimentos Gerais Ltda.				58
Rarolabs Raro Recrutamento Em TI Ltda.			(6.025)	(62)
Bmg Seguridade	(64.835)	(5.853)	(40.568)	(1.819)
Bmg Participações em Seguradora Ltda.	(16.262)	(4.354)	(15.606)	(995)
Help Franchising	(48.257)	(5.755)	(35.641)	(3.103)
ME Promotora de Vendas Ltda.	(21.806)	(2.768)	(18.372)	(1.965)
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.	(50.427)	(18.745)	(206.041)	(31.386)
BMG Soluções Eletrônicas S.A.	(592)	(78)	(553)	(57)
Bmg Estrutura Corporativa Ltda.	(106.127)	(13.050)	(2.665)	(337)
Bmg Corretora de Seguros Ltda.	(10.357)	(7.665)	(73.968)	(5.672)
Rara Intermediação De Negócios Ltda.	(28.648)	(3.792)		
R&C Franchising Intermediações Ltda.	(10.921)	(1.505)		
Obrigações por letras financeiras				
CBFacil Corretora de Seguros e Negócios Ltda.				(12.006)
Outras obrigações				

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
4 – Valor adicionado bruto (1 – 2 – 3)	1.312.948	987.560
5 – Depreciação e amortização	(172.018)	(150.718)
6 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4 – 5)	1.140.930	836.842
7 – Valor adicionado recebido em transferência	83.054	68.295
Resultado de equivalência patrimonial	83.054	68.295
8 – Valor adicionado a distribuir (6 + 7)	1.223.984	905.137
9 – Distribuição do valor adicionado	1.223.984	905.137
9.1 Pessoal	503.667	477.133
Remuneração direta	259.338	267.616
Benefícios	220.041	195.312
FGTS	24.288	14.205
9.2 Impostos, contribuições e taxas	110.849	114.290
Federais	92.907	98.373
Estaduais	1.668	634
Municipais	16.274	15.283
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	22.165	34.365
Aluguéis	22.165	34.365
9.4 Remuneração de capitais próprios	587.303	279.349
Juros sobre o Capital Próprio	323.619	215.283
Lucros/Prejuízo retido do período	255.847	37.577
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	7.837	26.489

Carlos Andre Hermesindo da Silva
(Diretor de Controladoria e Finanças)

Marco Antonio Antunes
(Presidente e Membro Especialista do Comitê de Auditoria)

Emerson Jezuino Teodoro Silvestre
CRC - 1SP183479/O-1
(Contador Responsável)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os Diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Em cumprimento ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480/09, os diretores do Banco Bmg S.A., declaram que, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 divulgadas nesta data, bem como que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e no parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Diretores

Carlos Andre Hermesindo da Silva
Flávio Pentagna Guimarães Neto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais e estatutárias, os membros do Conselho Fiscal do Banco Bmg S.A., após exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), concluíram que todos os elementos apreciados, considerando o relatório ser ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., refletem a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pelo Banco no exercício.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Roberto Faldini

Conselheiro Coordenador

Fernando Antônio Fraga Ferreira

Conselheiro

Luciano Luiz Barsi

Conselheiro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO BANCO BMG**Segundo semestre de 2025**

O Comitê de Auditoria, na forma da Resolução 4.910/21, editada pelo Banco Central do Brasil, e do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações colhidas junto à administração, nas fontes acima citadas e nas suas próprias análises e observações.

Atividades Exercidas no Período:

O Comitê de Auditoria realizou, no segundo semestre de 2025, 05 (cinco) reuniões. Adicionalmente, foram realizadas 03 (três) reuniões neste primeiro semestre de 2026 para avaliação final das demonstrações contábeis da data-base de 31/12/2025, dentre outros assuntos, tendo sido a última em conjunto com o Conselho de Administração, nesta data. Todos os membros do Comitê de Auditoria são também Conselheiros da Instituição e participam de todas as reuniões, assim como o seu CEO e o Superintendente de Auditoria Interna.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos:

No segundo semestre de 2025 o BMG continuou aprimorando e atualizando as suas normas e procedimentos e fortalecendo o processo de Governança Corporativa. O Comitê acompanhou os trabalhos das áreas contábil, de gerenciamento de riscos e de capital, de Controles Internos e Compliance, do atendimento às demandas do Banco Central do Brasil, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna e da Ouvidoria, além do processo de apuração de fraudes internas e externas e de prevenção a fraudes, assim como das contingências cíveis, fiscais e trabalhistas, além dos rankings de reclamações divulgados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê de Auditoria, com base nesse conjunto de informações e em suas próprias averiguações e reuniões, avalia como efetivos os Controles Internos do BMG, entendendo que os esforços empreendidos nos últimos semestres e os em andamento vêm contribuindo, efetivamente, para fortalecer o processo de governança, com o efetivo engajamento de todos os níveis da Administração.

Auditoria Interna:

O Comitê de Auditoria, além de discutir e aprovar a formulação dos planos de trabalho da área, recebeu todos os relatórios dos trabalhos realizados, com monitoramento da implementação de planos de ação recomendados, manteve reuniões com a área e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o seu nível de independência, além do atendimento aos princípios de diligência, integridade e ética profissional. Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios da Instituição BANCO BMG S.A. e suas Controladas.

Auditoria Externa:

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro BMG, devendo certificar que elas representam de forma adequada, nos seus aspectos relevantes, a sua efetiva situação econômica e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Comitê discutiu com os auditores externos o planejamento dos seus trabalhos e as suas principais conclusões, considerando-os adequados, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a sua independência.

Demonstrações Financeiras:

O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração, com data-base de 31/12/2025, tendo, ainda, realizado reunião conjunta com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais julgados necessários. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo BMG na elaboração das demonstrações financeiras, estando as mesmas alinhadas à legislação e regulamentação vigentes, retratando, adequadamente, a situação econômica e financeira da Instituição.

Conclusões:

O Comitê de Auditoria não recebeu, até a presente data, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Instituição que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a integridade de suas demonstrações financeiras.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BMG relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

Dorival Dourado Jr**José Eduardo Gouveia Dominical****Marco Antonio Antunes****(Presidente e Membro Especialista)****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****Aos Administradores e Acionistas Banco Bmg S.A.**

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bmg S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas (impairment) sobre operações de crédito (Notas 2.9, 3.a, 6 e 8) O saldo de operações de crédito do Banco e suas controladas é composto principalmente por operações de crédito de varejo e atacado. A provisão para perdas esperadas, considera os requerimentos da IFRS 9 e foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve um elevado nível de julgamento da administração na classificação das operações de crédito nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira do contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e a realização das garantias.	Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para a correta aplicação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia de impairment, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a alocação das operações de crédito nos seus respectivos estágios, conforme requisitados da IFRS 9, e análise das divulgações realizadas pela administração em atendimento aos requisitos da IFRS 9. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas esperadas requerida pela IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Realização de crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 2.15, 3(c) e 20) O crédito tributário oriundo substancialmente de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido com base nas alíquotas promulgadas ou substancialmente promulgadas para quanto o referido crédito for realizado e na medida que a administração considera provável que o Banco e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário contempla premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Esse assunto é uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente a estimativa para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como no atendimento aos requisitos das IFRS relativo ao registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento sobre o processo estabelecido pela administração para apuração e mensuração dos créditos tributários e seu registro nos termos das normas contábeis aplicáveis. Atualizamos nosso entendimento, realizado em conjunto com nossos especialistas internos, sobre as principais premissas adotadas pela administração em seu processo de avaliação das perspectivas de realização desses créditos fundamentada nas projeções de lucros tributários para o Banco e suas controladas. Obtivemos o estudo de projeção de lucro tributário aprovado pelo Conselho de Administração e, com base nessas informações, analisamos a consistência das principais premissas com as utilizadas em estudos de anos anteriores combinado com o cenário atual. Observamos a razoabilidade das informações divulgadas nas notas explicativas. Consideramos que os estudos de realização dos créditos tributários estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior, bem como consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos mesmos são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais administrativos (Notas 2.14, 3(b) e 19) O Banco e suas controladas são partes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, propostos por terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Os processos judiciais de natureza trabalhista e tributária estão sob a tutela de advogados externos especializados tanto no que tange a determinação do prognóstico de perda, quanto na apuração dos valores relacionados a provável saída de recursos. Os processos cíveis, muito embora contem com o suporte externo de advogados especializados, são provisionados com base em metodologia prevista em políticas internas que considera os valores médios de desembolso. O encerramento dos processos envolve discussões que podem se alongar a depender da natureza da matéria, bem como da evolução jurisprudencial. Esse assunto é uma área de foco de auditoria pela natureza dos processos em discussão e pelos aspectos subjetivos de determinação da probabilidade de perda atribuída.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram a atualização de nosso entendimento dos processos referentes à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração e registro das provisões e processos, bem como testes quanto a totalidade e integridade da base de dados. Efetuamos também, em base de testes, procedimentos de confirmação de informações junto aos assessores jurídicos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento de processos com natureza tributária, visando obter informações quanto a avaliação do andamento e prognóstico de perda dos processos relevantes. Para os processos trabalhistas e cíveis, também efetuamos confirmação de informações junto aos assessores jurídicos, tendo efetuado testes de consistência entre as bases de dados do Banco e suas controladas e dos advogados. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda/desembolso, quando aplicável, relacionadas a contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos a coerência do prognóstico de perda das causas tributárias mais significativas em face a evolução jurisprudencial e técnica. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável quanto a base para constituição da provisão para processos com perspectiva de perda provável.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Análise do valor recuperável - ágio (Notas 2.11, 3(d) e 10) Os ágios registrados no ativo intangível do Banco são principalmente de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. A IAS 36 estabelece que o ágio apurado em combinação de negócios deve ser objeto de teste quanto ao seu valor recuperável (impairment) no mínimo anualmente. Para a realização do teste de valor recuperável, a administração considera em seus estudos e projeções premissas de natureza subjetiva que são por ela mesma estabelecidas. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas no teste de valor recuperável poderia modificar significativamente o valor de avaliação do valor recuperável dos ágios constituídos.	Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes estabelecidos pela administração, relacionados ao teste do valor recuperável do ágio. Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento das premissas adotadas pela administração. Efetuamos, entre outros procedimentos, análise das principais premissas adotadas pela administração em seu processo relacionado ao teste do valor recuperável dos ágios, bem como realizamos a análise de coerência geral lógica e aritmética dos cálculos das projeções apuradas pela administração. Realizamos reuniões com a alta administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração dos orçamentos e suas aprovações, bem como realizamos testes quanto a consistência da expectativa de resultados projetados em comparação aos resultados realizados em exercícios anteriores. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração estão alinhados com as metodologias adotadas no exercício anterior e são consistentes em relação a manutenção do valor recuperável do ágio.
Ambiente de Tecnologia de Informação O elevado volume de operações diárias realizadas pelo Banco requer uma estrutura complexa de ambiente de tecnologia para processamento dessas transações. Dessa forma, a não adequação da Tecnologia da Informação e dos respectivos controles que a suportam, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões, assim como paradas operacionais. Considerando os aspectos acima, o ambiente de Tecnologia da Informação é uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria consideram a atualização de nosso entendimento sobre o ambiente de Tecnologia de Informação que suportam as demonstrações financeiras consolidadas. Analisamos os principais controles gerais do ambiente de Tecnologia da Informação relacionados às informações financeiras que consideram também aspectos relacionados a acessos, mudanças e desenvolvimento dos sistemas. Adicionalmente, testamos os desenhos dos controles automatizados e manuais dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios relacionados aos principais processos de negócios do Banco. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências de auditoria que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão sobre essas informações.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão sobre a veracidade de seu conteúdo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers**Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo

Contador

CRC 1SP241313/O-3

